São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quarta-feira, 29 de maio de 2024 | Edição N º 1037

datamercantil.com.br

Bolsa e dólar fecham em queda, com temores sobre juros nos EUA limitando efeito da Petrobras

A Bolsa brasileira fechou em queda de 0,58% na terça-feira (28), aos 123.779 pontos, perdendo a marca dos 124 mil pontos.

O mercado, que antes repercutia os dados de inflação do IPCA-15 abaixo do esperado e a entrevista coletiva da nova presidente da Petrobras, passou a reagir à pressão do rendimento dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, em mais um pregão marcado por temores sobre a taxa de juros norte-americana.

Ainda que os papéis da Petrobras tenham aliviado parte das perdas, a forte queda da Vale reforçou a pressão sobre o índice.

O dólar também encerrou a sessão em baixa, a 0,32%, cotado a R$ 5,154 na venda, acompanhando o desempenho no exterior em relação a outras moedas de países exportadores de commodities.

Após passar boa parte do pregão no sinal positivo, o índice de referência da Bolsa foi afetado pela alta dos Treasuries nos EUA, diante de perspectivas de juros altos por mais tempo do que o esperado.

Em falas na terça, o presidente do Federal Reserve de Minneapolis, Neel Kashkari, reforçou o tom cauteloso da autoridade monetária dos EUA ao afirmar que é preciso esperar por um progresso significativo na inflação antes de cortar os juros.

Ao mesmo tempo, dados sobre a confiança do consumidor mostraram que a percepção dos norte-americanos sobre a economia melhorou de forma inesperada, após três meses consecutivos de deterioração. A causa maior foi o otimismo em relação ao mercado de trabalho.

O Conference Board disse que seu índice de confiança do consumidor aumentou para 102,0 este mês, de 97,5 em abril em dado revisado para cima. Economistas consultados pela Reuters previam que o índice cairia para 95,9 em relação aos 97,0 de abril relatados anteriormente.

A perspectiva de juros altos por mais tempo nos EUA, a maior economia do mundo, tem instalado temores e cautela nos mercados globais nos últimos dias. Isso porque, quanto mais atraente é a renda fixa norte-americana, mais os investidores se tornam avessos a risco na renda variável de mercados emergen-



Economia

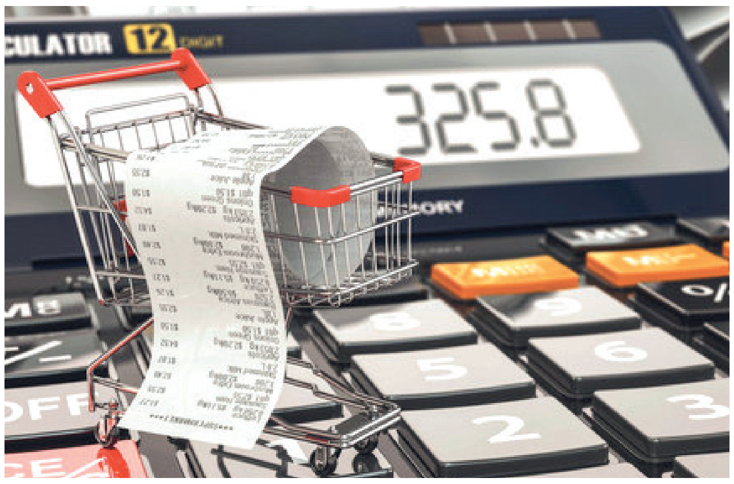


Exploração de petróleo na costa brasileira é essencial, diz Magda

Página - 03

Inflação medida pelo IPCA-15 volta a acelerar em maio para 0,44%

Página - 03

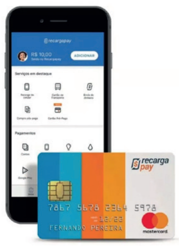


Após expansão, Workhy se consolida em serviços empresariais globais e quer dobrar número de clientes brasileiros em 2024

Página - 05

Em rebranding, RecargaPay foca em IA e lança novo cartão de crédito

Página - 05



Política

Lira encontra Lula sob expectativa de votação sobre vetos e taxação de compras de até US$ 50

Página - 04

Tarcísio e Nunes devem reeditar aceno a evangélicos e comparecer à Marcha para Jesus

Página - 04

No Mundo

Espanha, Irlanda e Noruega reconhecem oficialmente Estado da Palestina



Quase uma semana depois de anunciar que reconheceriam o Estado da Palestina, Espanha, Irlanda e Noruega oficializaram a medida. A iniciativa, que pode inspirar outras nações da Europa Ocidental, foi recebida com otimismo por líderes palestinos e abriu uma crise com Israel.

Ao oficializar o reconhecimento, na terça-feira (28), os países disseram esperar que a medida acelere os acordos para um cessar-fogo na guerra entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza, que completa oito meses no dia 7 de junho e já matou mais de 36 mil pessoas, de acordo com a facção.

O reconhecimento acontece após mais de 70 anos de conflito na região, durante os quais mais de 140 países legitimaram o Estado, de acordo com a Autoridade Palestina.

No entanto, ter apoio de três quartos dos 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, não garante a adesão a órgãos internacionais, já que nações como Estados Unidos, Canadá, França, Austrália e Japão atrelam o eventual reconhecimento a um processo de paz.

Em um comunicado, o primeiro-ministro irlandês, Simon Harris fez um apelo a seu homólogo israelense, Binyamin Netanyahu, "para que escute o mundo e detenha a catástrofe humanitária que estamos vendo em Gaza". "Queríamos reconhecer a Palestina ao final de um processo de paz, mas fizemos este movimento ao lado da Espanha e da Noruega para manter vivo o milagre da paz", afirmou o centrista.

Já o chanceler da Noruega, Espen Barth Eide, disse que esta terça era "um dia especial" para as relações entre seu país e a Palestina. "Há mais de 30 anos, a Noruega tem sido um dos mais fervorosos defensores de um Estado palestino", afirmou o ministro.

Folhapress

Suécia suspende envio de caça Gripen para a Ucrânia em favor do F-16

O governo da Suécia anunciou nesta terça (28) que suspendeu a negociação para o envio de caças Gripen para ajudar a Ucrânia em seu esforço de guerra contra a Rússia.

"Nós fomos instados por outros países na coalizão [de apoio a Kiev] para esperar com o sistema Gripen. Isso tem a ver com o fato de que o foco agora é na introdução do F-16", afirmou o ministro da Defesa do país nórdico, Pal Jonson, à agência sueca TT.

O caça de fabricação americana F-16, o modelo mais popular do mundo, está sendo desativado como padrão de vários países da Otan, a aliança militar ocidental. O mercado está sendo tomado aos poucos pelo F-35, fabricado pela mesma Lockheed Martin.

Na terça, a Bélgica anunciou que dará seus 30 modelos disponíveis para a Ucrânia, durante uma visita do presidente Volodimir Zelenski a Bruxelas, dentro de um pacote de R$ 5,6 bilhões em um ano.

O envio dos Gripen começou a ser negociado em setembro do ano passado. A especulação era a doação de ao menos 18 dos 96 modelos C/D, de geração anterior, operados por Estocolmo. Como usualmente menos de 70 deles estão disponíveis para uso imediato, analistas apontaram um risco de segurança para os suecos.

O país usou isso para pressionar por sua adesão à Otan, boicotada por meses pela Turquia e pela Hungria, alegando que só poderia dar os aviões se estivesse sob o guarda-chuva do clube. Ao fim, selou a entrada na aliança no começo deste ano, de quebra vendendo o modelo para Budapeste, rompendo uma série de derrotas para o F-35 em vendas no continente europeu. Igor Gielow/Folhapress

Putin defende que Parlamento da Ucrânia tire Zelenski do poder



O presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou na terça (28) que o Parlamento da Ucrânia deveria retirar do poder seu rival Volodimir Zelenski, cujo mandato de cinco anos expirou há uma semana sem a perspectiva da realização de nova eleição devido à guerra iniciada por Moscou em 2022.

Segundo Putin, após "uma análise cuidadosa", o Kremlin chegou à conclusão de que Zelenski não tem mais legitimidade para ficar no cargo, devendo passar o bastão para o presidente do Legislativo local, Ruslan Stefantchuk, o número dois na linha sucessória.

Na sequência, disse o Putin após encontro com o colega Chavkat Mirzioiev no Uzbequistão, deveria ser realizada uma eleição presidencial.

O russo busca estimular as rivalidades já existentes na política ucraniana, que de todo modo não incluem mais grupos pró-Moscou muito influentes. Stefantchuk, até aqui, é visto como um aliado próximo de Zelenski.

Na semana passada Putin gerou suspeitas ao encontrar-se durante uma visita a Belarus o aliado Viktor Ianukovitch, que foi defenestrado da Presidência ucraniana em 2014. Aquele evento, revolução para os pró-Ocidente e golpe para a Rússia, disparou a anexação da Crimeia e a guerra civil no leste ucraniano, estágios anteriores da invasão de fevereiro de 2022.

Ianukovitch, um russo étnico do leste da Ucrânia, vive exilado na Rússia. Seu partido foi desmantelado, assim como quase todas as forças de oposição associadas a Moscou na política institucional de Kiev, aliás, uma das queixas usuais do Kremlin.

Ainda assim, Zelenski está sob uma crescente pressão interna e de aliados ocidentais. Uma lei ordinária ucraniana afirma que não é possível realizar pleitos se o país estiver sob lei marcial, o que ocorre desde o primeiro dia da guerra. Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

Exploração de petróleo na costa brasileira é essencial, diz Magda



A nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu, nessa segunda-feira (27), que o avanço das atividades exploratórias na costa brasileira, incluindo a Margem Equatorial, é essencial para garantir a segurança energética do país e o abastecimento interno de combustíveis. Em sua primeira entrevista depois de tomar posse, ela comentou a situação envolvendo o plano de exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, que enfrenta resistência no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Magda mencionou o compromisso assumido pela empresa de zerar as emissões de carbono em 2050, alcançando assim o net zero, expressão que vem sendo adotada mundialmente. “O MMA precisa ser mais esclarecido sobre a necessidade do país e da Petrobras de explorar petróleo e gás até para liderar a transição energética. Tem muito investimento sendo feito na direção do net zero: projetos grandiosos de captura de CO2, produção de energia renovável e derivados e petróleo verdes, esforços na direção do hidrogênio. Vamos investir nessa diversidade de geração de energia”, afirmou.

A Margem Equatorial se estende pelo litoral brasileiro do Rio Grande do Norte ao Amapá, englobando as bacias hidrográficas da foz do Rio Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. É uma região geográfica considerada de grande potencial pelo setor de óleo e gás. No seu Plano Estratégico 2024-2028, a Petrobras previu investimentos de US$ 3,1 bilhões para pesquisas na Margem Equatorial. A expectativa é perfurar 16 poços ao longo desses quatro anos.

A exploração de petróleo na foz do Amazonas, no entanto, desperta preocupações de grupos ambientalistas, que veem risco de impactos à biodiversidade. Em maio do ano passado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia vinculada ao MMA, negou o pedido da Petrobras para realizar atividade de perfuração marítima do bloco FZA-M-59. Léo Rodrigues/ABR

Governo Central tem superávit primário de R$ 11,1 bilhões em abril

O Governo Central, que reúne o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, foi superavitário em abril em R$ 11,1 bilhões, ante saldo positivo de R$ 15,6 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou, na terça-feira (28), o Tesouro Nacional. O resultado do mês ficou abaixo da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava superávit primário de R$ 18,3 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R$ 41,4 bilhões, enquanto o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve déficit primário de R$ 30,3 bilhões. Comparado a abril de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação do aumento real de 8,4% (R$ 14,7 bilhões) da receita líquida e do aumento real de 12,4% (R$ 19,9 bilhões) das despesas totais.

Ainda de acordo com o Tesouro, entre os fatores que influenciaram no crescimento real da receita líquida no mês de abril de 2024, estão o aumento de R$ 9,6 bilhões da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de R$ 2 bilhões no Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), devido à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo dos créditos dessas contribuições; a elevação de R$ 1,7 bilhão no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), essencialmente explicada pela redução nominal das compensações tributárias, apesar do decréscimo na produção industrial.

Também pesaram a alta de R$ 1,3 bilhão do Imposto de Importação, que decorreu dos aumentos do volume em dólar de importações, da taxa média de câmbio e da alíquota média efetiva desse imposto, o crescimento de R$ 3 bilhões de arrecadação líquida para o RGPS, em razão dos aumentos da massa salarial, da criação de empregos formais e da arrecadação do Simples Nacional. Luciano Nascimento/ABR



Inflação medida pelo IPCA-15 volta a acelerar em maio para 0,44%



O IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou aceleração da inflação em maio, para 0,44%, após dois meses seguidos de alívio, segundo dados divulgados nesta terça-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em abril, a alta de preços havia sido de 0,21%.

Ainda assim, o resultado deste mês ficou abaixo das expectativas do mercado. A mediana das estimativas levantadas pela Bloomberg junto aos analistas apontava para uma inflação de 0,47% em maio.

A aceleração de preços foi influenciada principalmente pelos gastos com saúde e cuidados pessoais, após reajuste nos preços dos produtos farmacêuticos, além da alta dos transportes. Os preços da gasolina e das passagens aéreas voltaram a subir e pesaram no índice.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IBGE registrou um índice de 3,70% em maio, enquanto o mercado esperava que a inflação ficasse em 3,74% no período. Em abril, a taxa era de 3,77% nesse recorte de tempo.

Devido à dificuldade de apuração de preços no Rio Grande do Sul devido à situação de calamidade, 30% de toda coleta de dados no estado ocorreu de forma remota.

Ainda assim, o IBGE informou que nem todos os produtos puderam ser coletados por telefone ou pela internet, como foi o caso de algumas hortaliças e verduras. Ocorreu então a imputação dos dados, procedimento já previsto.

Apesar de os efeitos da tragédia no Sul não ter ainda aparecido no índice geral, analistas reforçam que esse é ainda um ponto de atenção para o futuro.

O economista Alexandre Maluf, da XP, chama atenção para o fato de que, apesar de 70% da coleta de dados ter sido feita antes do período mais duro do desastre, em alguns itens já é possível ver aceleração de preços no estado acima da média de todo o país. Stefanie Rigamonti/Folhapress

Política

Lira encontra Lula sob expectativa de votação sobre vetos e taxação de compras de até US$ 50



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se reuniu com o presidente Lula (PT) no começo da tarde da terça-feira (28), em meio às discussões sobre a retomada do imposto de importação em compras internacionais de até US$ 50.

O encontro foi confirmado à reportagem por interlocutores dos políticos. Segundo relatos, os dois conversaram da retomada da taxação. Lula expôs argumentos contra a medida, e Lira falou da temperatura da Câmara acerca do assunto.

Ficou decidido que o petista se reunirá com membros da equipe econômica e da Casa Civil nesta tarde para tentar costurar um meio-termo ao texto. Lira também deverá se reunir com os líderes da Câmara mais uma vez nesta terça para tratar do tema. A previsão é que ele seja votado ainda nesta terça no plenário da Câmara. Lula é contra a retomada da cobrança. Na semana passada, ele afirmou que a tendência é vetar a retomada do imposto caso seja aprovado pelo Congresso.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), enviou também na semana passada uma mensagem no grupo de WhatsApp dos vice-líderes do governo na Casa informando a posição do presidente.

De outro lado, Lira já sinalizou publicamente ser favorável ao fim da isenção. Em sessão da Câmara no começo do mês, ele defendeu que a inclusão dessa cobrança sobre as compras de até US$ 50 não pode ser considerada um "jabuti" (expressão usada para casos em que uma medida é incluída em projeto sem relação com o tema).

"Nós estamos tratando de equiparação de tratamento de competição da empresa nacional", disse.

Ao chegar na Câmara nesta terça, Lira indicou que é possível um meio-termo para o projeto. "O presidente Lula deve estar, neste momento, conversando com os seus ministros para ter um posicionamento e ver se a gente pode chegar a um meio-termo de gradação, como foi feito o 'phase out' para a indústria automobilística, tanto de alíquota como de prazo", disse.

Victoria Azevedo/Folhapress

Congresso mantém veto de Bolsonaro sobre crime de fake news em massa

O Congresso Nacional manteve na terça-feira (28) o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que barrou a tipificação do crime de "comunicação enganosa em massa", que constava no texto de 2021 que substituiu a Lei de Segurança Nacional.

Para derrubar o veto, aliados do governo Lula (PT) precisavam de maioria absoluta na Câmara dos Deputados (257 votos) e no Senado (41 votos). O dispositivo recebeu 139 votos na Câmara, abaixo do necessário.

A análise dos vetos de Bolsonaro se arrastou pela pauta do Congresso nos últimos três anos por falta de consenso em torno de temas polêmicos, como notícias falsas e o impedimento de manifestação livre e pacífica.

Na sessão conjunta anterior, em 9 de maio, parlamentares bolsonaristas concordaram em adiar a votação da lei das saidinhas para impedir a votação dos dispositivos vetados na Lei de Segurança Nacional e ganhar tempo.

Desde então, o próprio Bolsonaro atuou para evitar a derrubada dos vetos. Na semana passada, o ex-presidente participou de um almoço da bancada ruralista e pediu para que os deputados e senadores presentes tentassem impedir mudanças. O apelo foi reforçado por Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente e líder da minoria no Congresso, minutos antes da sessão. No fim de semana, o senador disse pelas redes sociais que "a liberdade de opinião corre sério risco no Brasil".

"Não se sabe como isso vai ser tratado no futuro. Mas não se pode aceitar um tipo penal com uma redação tão aberta e com potencial enorme de representar um cerceamento à liberdade de expressão", afirmou o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) durante a sessão.

Thaísa Oliveira/Folhapress



Tarcísio e Nunes devem reeditar aceno a evangélicos e comparecer à Marcha para Jesus



O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) devem participar da Marcha para Jesus, maior evento evangélico da América Latina, que acontecerá na quinta-feira (30) em São Paulo.

A marcha atrai dezenas de políticos e já contou com a presença de Tarcísio e de Nunes em anos anteriores ambos costumam fazer acenos aos evangélicos. Não está certo, contudo, se eles discursarão.

Pré-candidato à reeleição neste ano em uma aliança de partidos de centro e da direita, com o apoio de Jair Bolsonaro (PL), Nunes tem larga vantagem entre o público evangélico em comparação com os principais adversários, segundo pesquisa Datafolha de março.

Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB) não devem comparecer ao evento. A deputada federal vai à missa e procissão de Corpus Christi na Paróquia São Francisco Xavier, na Vila Missionária (zona sul), onde ela cresceu.

No ano passado, o representante de Lula (PT) na marcha, o ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), Jorge Messias, foi vaiado ao mencionar o presidente.

Segundo aliados, Bolsonaro, que esteve na Marcha para Jesus em 2019 e 2022, não deve comparecer neste ano ele também esteve ausente em 2023. Durante o feriado de Corpus Christi, o ex-presidente fará um giro pelo interior de São Paulo em mobilizações com a justificativa de arrecadar doações para o Rio Grande do Sul.

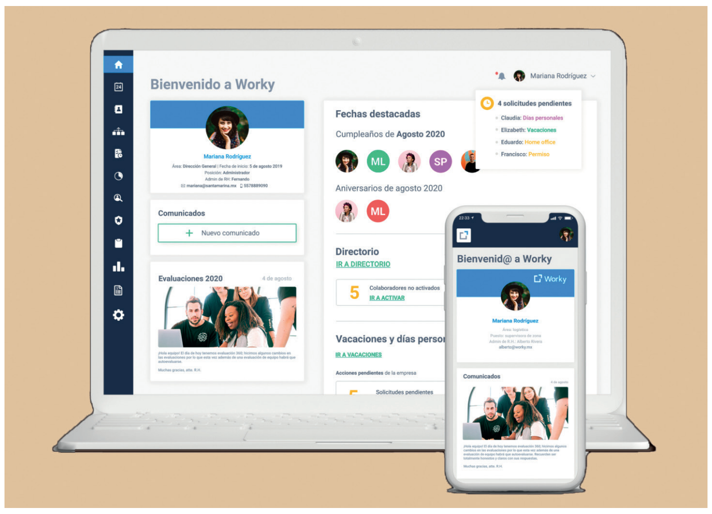
No ano passado, Nunes faltou ao principal evento do segmento evangélico por causa de uma viagem à França em que fechou um contrato para trazer a São Paulo um campeonato de automobilismo.

Se neste ano Tarcísio e Bolsonaro atuam como os principais cabos eleitorais de Nunes, em 2022 o prefeito recepcionou na marcha a então presidenciável Simone Tebet, que apoiava. Na ocasião, Nunes, que é católico e conservador, afirmou que São Paulo é uma cidade "abençoada" e que "acolhe a todos".

Folhapress

STARTUP

Após expansão, Workhy se consolida em serviços empresariais globais e quer dobrar número de clientes brasileiros em 2024



A Workhy, uma plataforma online que facilita a vida dos empreendedores na criação e gestão de negócios, tem se destacado como uma das principais referências globais em seu segmento. Com uma trajetória de crescimento desde sua fundação, a empresa tem conquistado mercados ao redor do mundo, incluindo uma recente expansão significativa para o Brasil.

Desde sua criação em 2019, a Workhy atingiu marcos impressionantes. A empresa já recebeu mais de 140 mil leads provenientes de 140 países e cresceu três vezes desde então. Atualmente, a Workhy atende a mais de 25 mil clientes e tem uma equipe de 81 funcionários. Para 2024, a meta é ambiciosa: alcançar 35 mil clientes, com uma taxa de crescimento anual projetada em 40%. No Brasil, a Workhy já possui quase mil clientes e planeja dobrar esse número até o final do ano.

Por que as empresas contratam a Workhy?

Um dos principais diferenciais da Workhy é o preço competitivo dos seus serviços. Enquanto a média do custo do pacote mais básico de seus concorrentes é de US$ 585,33, a Workhy oferece um serviço de excelência até 40% mais barato. Além disso, a empresa inclui no seu pacote básico serviços que outros competidores não oferecem, como endereço comercial, auxílio na obtenção de conta bancária e calendário fiscal.

A entrada no mercado brasileiro foi estratégica, aproveitando o crescimento econômico do país e a demanda crescente por soluções financeiras e tecnológicas. A Workhy oferece suporte em português e estabeleceu equipes locais de vendas e desenvolvimento de negócios para melhor atender aos clientes brasileiros. Além disso, a empresa está ativamente buscando parcerias locais para diversificar seus serviços, incluindo soluções complementares como pagamentos, logística e criação de lojas online.

Um dos cases de sucesso mais notáveis da companhia no Brasil é o de uma startup de comércio eletrônico que conseguiu se estabelecer rapidamente nos Estados Unidos usando os serviços da Workhy, desde a abertura de número EIN e conta bancária, tudo de forma remota. Startupi

Bertha Capital investe R$ 1 milhão no Bebook para triplicar faturamento até dezembro

A Bertha Capital anunciou um investimento de R$ 1 milhão no Bebook, uma startup especializada em inteligência artificial para precificação de hotéis. Fundada em 2016, o Bebook planeja usar o aporte para fortalecer sua infraestrutura tecnológica e expandir sua capacidade de escalabilidade.

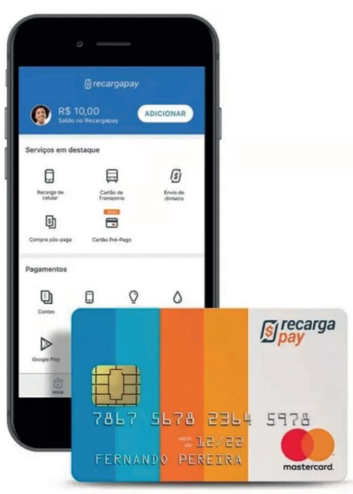
Com este investimento, o Bebook pretende triplicar seu faturamento até o final do ano. A turistech se destaca pela utilização de inteligência artificial para ajustar preços de forma eficiente, melhorando as taxas de ocupação e o faturamento dos hotéis.

"Somos uma inteligência artificial que integra diversos sistemas, analisando e entregando maior faturamento, por meio da previsão de demandas – isso tudo pensado para que os hotéis e redes aumentem sua receita ao distribuir de maneira inteligente o preço certo, na hora certa para o cliente certo. Isso melhora as taxas de ocupação e faturamento dos nossos clientes", comenta Christiano Penna, CEO do Bebook.

Além do investimento financeiro, a Bertha Capital proporcionará orientação estratégica e contribuirá na captação de clientes empresariais, visando consolidar o modelo de negócios do Bebook e apoiar futuras rodadas de financiamento. Startupi



Em rebranding, RecargaPay foca em IA e lança novo cartão de crédito



A RecargaPay, fintech brasileira com mais de 14 anos de mercado e um portfólio de mais de 7 milhões de clientes, está passando por um reposicionamento de marca. Com a campanha intitulada "Repense o óbvio", a empresa busca reafirmar seu papel como uma solução inteligente e conveniente no setor de pagamentos. A iniciativa é acompanhada por uma atualização visual e o lançamento de novos produtos, como um cartão de crédito com cashback e limite garantido.

Em entrevista, Diego Belbussi, CMO da RecargaPay, destacou a importância desse novo posicionamento: "Desde que entrei na empresa há um ano e meio, a prioridade foi encontrar uma forma única de apresentar a RecargaPay aos clientes. Trabalhamos intensamente com parceiros de pesquisa e agências como a Future Brand, além de nosso time interno, para redefinir nossa identidade."

Um dos pilares desse rebranding é o lançamento do novo cartão de crédito da RecargaPay, que promete benefícios tanto no uso quanto na ausência de uso. "O cartão dá vantagens quando você usa e quando não usa também. É uma resposta ao nosso compromisso de repensar o óbvio", afirma Belbussi. O cartão oferece o maior cashback da categoria e um limite garantido que rende um bônus diário de 103% do CDI.

Outro destaque do novo posicionamento é a integração da inteligência artificial nos processos da empresa. "Temos um mandato de melhorar nossa produtividade e qualidade com IA diariamente. Todos os nossos desenvolvedores utilizam copilot, e a IA também está presente nos nossos canais de atendimento, melhorando nossa capacidade de contato com os clientes", diz.

A RecargaPay também se destaca pelo crescimento robusto. A fintech cresceu mais de 50% em 2023 e espera manter esse ritmo em 2024. "Mais de 50% dos nossos novos clientes são orgânicos. Queremos oferecer as menores taxas do mercado para um número crescente de clientes", afirma o CMO. Startupi

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

REC Afonso de Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.393.371/0001-41 – NIRE 35.300.569.822

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 14:00hs, na sede social da REC Afonso De Freitas Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Afonso de Freitas, 330, Paraiso, CEP 04006-051 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 352.070,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e setenta reais), com o cancelamento de 352.070 (trezentos e cinquenta e duas mil e setenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e mediante restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia no valor total de R$ 352.070,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e setenta reais), com o cancelamento de 352.070 (trezentos e cinquenta e duas mil e setenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 42.730.608,00 (quarenta e dois milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e oito reais), para R$ 42.378.538,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais), dividido em 42.378.538 (quarenta e duas milhões, trezentas e setenta e oito mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 352.070,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e setenta reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social. A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 42.378.538,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais), dividido em 42.378.538 (quarenta e duas milhões, trezentas e setenta e oito mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Ricardo Laham –** *Presidente da Mesa;* **Fernando Hamaoui –** *Secretário da Mesa.*

REC Barata Ribeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.634.778/0001-79 – NIRE 35.300.570.219

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 14:00hs, na sede social da REC Barata Ribeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Barata Ribeiro, 336, Bela Vista, CEP 01308-000 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 5.923.638,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e oito Reais), com o cancelamento de 5.923.638 (cinco milhões, novecentas e vinte e três mil, seiscentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e com restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, no valor total de R$ 5.923.638,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e oito Reais), com o cancelamento de 5.923.638 (cinco milhões, novecentas e vinte e três mil, seiscentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 55.323.435,00 (cinquenta e cinco milhões, trezentos e vinte três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), para R$ 49.399.797,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e sete Reais), dividido em 49.399.797 (quarenta e nove milhões, trezentas e noventa e nove mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 2.711.564,00 (dois milhões, setecentos e onze mil, quinhentos e sessenta e quatro Reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, restituição esta feita proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social. A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 49.399.797,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e sete Reais), dividido em 49.399.797 (quarenta e nove milhões, trezentas e noventa e nove mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Ricardo Laham –** *Presidente da Mesa;* **Fernando Hamaoui –** *Secretário da Mesa.*

REC Correia Dias Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.835.362/0001-63 – NIRE 35.300.571.541

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 14:00hs, na sede social da REC Correia Dias Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Correia Dias, 475, Paraiso, CEP 04104-001 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 194.205,00 (cento e noventa e quatro mil, duzentos e cinco reais), com o cancelamento de 194.205 (cento e noventa e quatro mil, duzentas e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e mediante restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia no valor total de R$ 194.205,00 (cento e noventa e quatro mil, duzentos e cinco reais), com o cancelamento de 194.205 (cento e noventa e quatro mil, duzentas e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 54.273.060,00 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e setenta e três mil e sessenta reais), para R$ 54.078.855,00 (cinquenta e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 54.078.855 (cinquenta e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 194.205,00 (cento e noventa e quatro mil, duzentos e cinco reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social. A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 54.078.855,00 (cinquenta e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), dividido em 54.078.855 (cinquenta e quatro milhões, setenta e oito mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Ricardo Laham –** *Presidente da Mesa;* **Fernando Hamaoui –** *Secretário da Mesa.*

REC Vila Madalena Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 26.718.440/0001-72 – NIRE 35.300.499.115

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 9:00hs, na sede social da REC Vila Madalena Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Agostinho Mendicute, nº 235, Vila Pompeia, CEP 01257-090 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 1.556.580,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais), com o cancelamento de 1.556.580 (um milhão, quinhentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e mediante restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia no valor total de R$ 1.556.580,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais), com o cancelamento de 1.556.580 (um milhão, quinhentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 32.211.471,00 (trinta e dois milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e setenta um reais), para R$ 30.654.891,00 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais), dividido em 30.654.891 (trinta milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 1.556.580,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social[1].

1 Das 1.556.580 (um milhão, quinhentas e cinquenta e seis mil, quinhentas e oitenta) ações ordinárias ora canceladas, 1.555.490 (um milhão, quinhentas e cinquenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e nove) eram de titulariedade da acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 1.090 (um mil e noventa) eram de titulariedade da acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda.. Assim, das 30.654.891 (trinta milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia restantes após esta redução de capital, 30.632.536 (trinta milhões, seiscentas e trinta e duas mil, quinhentas e trinta e seis) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 22.355 (vinte e duas mil, trezentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda..

A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 30.654.891,00 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais), dividido em 30.654.891 (trinta milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e noventa e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. Ass.: **Ricardo Laham** – *Presidente da Mesa.* **Fernando Hamaoui** – *Secretário da Mesa.*

Juros: aumento da cautela nos Treasuries esfria reação ao IPCA-15 e taxas zeram queda

Os juros futuros zeraram o ritmo de queda, pressionados pelas máximas da curva dos Treasuries, fechando nas máximas e com viés de alta. A piora do ambiente externo acabou reduzindo boa parte da influência da leitura benigna do IPCA-15 de maio e da redução da percepção de leniência do Banco Central (BC) com a trajetória da inflação, após discurso do diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, segunda à noite.

No fechamento, taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,38% (máxima), de 10,371% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026, em 10,71%, estável. O DI para janeiro de 2027 marcava de 11,05% (máxima), de 11,02%. O DI para janeiro de 2029 tinha taxa de 11,54%, de 11,48%.

Pela manhã de ontem, o trecho intermediário, mais sensível às apostas para o ciclo da Selic, chegou a fechar mais de 10 pontos-base, dando sequência à correção em baixa iniciada ontem. No exterior, os juros dos Treasuries tinham avanço moderado, mas ficavam até então em segundo plano, com o mercado de juros priorizando a reação ao IPCA-15.

A inflação de 0,44% acelerou ante os 0,21% de abril, mas ficou abaixo da mediana das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, de 0,47%, com preços de abertura que agradaram. "Tivemos serviços, serviços subjacentes e núcleos desacelerando nas médias trimestrais, num quadro que traz alívio para o cenário do BC", disse o economista-chefe da Suno Research, Gustavo Sung, destacando ainda como ponto positivo a desaceleração da taxa em 12 meses de 3,77% em abril para 3,70%.

IstoéDinheiro

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4892
Dólar (EUA) - 5,1538
Franco (Suíça) - 5,661
Iene (Japão) - 0,03285
Libra (Inglaterra) - 6,5902
Peso (Argentina) - 0,005771
Peso (Chile) - 0,005743
Peso (México) - 0,3085
Peso (Uruguai) - 0,1337
Yuan (China) - 0,7113
Rublo (Rússia) - 0,05819
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,6078

Blue Health Participações S.A.

CNPJ nº 27.547.607/0001-42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Circulante		**88.122**	**88.965**	**198.393**	**163.969**
Caixa e equivalentes de caixa	6	88.083	88.937	94.021	91.052
Contas a receber de clientes	7	-	-	42.928	16.457
Estoques	8	-	-	49.155	31.420
Tributos a recuperar	9	12	-	3.178	3.152
Adiantamento a fornecedores	10	-	-	5.114	21.456
Outros ativos		27	28	3.997	432
Não circulante		**232.425**	**114.222**	**170.299**	**61.815**
Contas a receber de clientes		-	-	-	332
Depósitos e Cauções		-	-	1.153	-
Partes Relacionadas	11	22.471	17.353	13.059	17.012
Tributos Diferidos		-	-	3.526	1.766
Despesas Antecipadas		-	-	700	-
Investimentos	12	209.954	96.869	6.849	6.143
Imobilizado	13	-	-	138.578	34.927
Intangível	14	-	-	766	444
Ativos de Direito de Uso	19	-	-	5.668	1.191
Total do ativo		**320.547**	**203.187**	**368.692**	**225.784**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Circulante		**15.591**	**195**	**60.376**	**25.994**
Fornecedores	15	160	99	27.194	12.541
Salários e encargos sociais	16	23	13	5.183	2.907
Tributos a pagar	17	2.283	83	10.498	4.470
Parcelamento Impostos	17	-	-	520	501
Adiantamento de cliente		-	-	1.586	2.897
Empréstimos e Financiamentos	18	-	-	444	2.163
Passivo de arrendamento	19	-	-	1.708	326
Outras contas a pagar		-	-	118	189
Dividendos a Pagar	21	13.125	-	13.125	-
Não circulante		**3.914**	**8.051**	**7.274**	**4.849**
Partes relacionadas	11	3.914	8.051	-	532
Parcelamento Impostos	17	-	-	1.516	1.950
Empréstimos e Financiamentos	18	-	-	1.214	1.315
Passivo de arrendamento	19	-	-	4.263	897
Provisão para contingências	20	-	-	281	155
Total do passivo		**19.505**	**8.246**	**67.650**	**30.843**
Patrimônio líquido (capital e reservas atribuídos aos acionistas da Controladora)					
Capital social	21	287.206	287.206	287.206	287.206
Capital a Integralizar	21	-	(100.000)	-	(100.000)
Reserva de Capital		10.195	6.170	10.195	6.170
Reserva Legal		2.948	1.629	2.948	1.629
Ajuste de avaliação Patrimonial		693	(64)	693	(64)
Total do patrimônio líquido		**301.042**	**194.941**	**301.042**	**194.941**
Total do passivo e patrimônio líquido		**320.547**	**203.187**	**368.692**	**225.784**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Juros: aumento da cautela nos Treasuries esfria reação ao IPCA-15 e taxas zeram queda

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Receita liquida	22	-	-	174.517	100.035
Custo das mercadorias vendidas	23	-	-	(58.842)	(43.645)
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(15.443)	(6.668)
Lucro bruto		-	-	**100.232**	**49.722**
Despesas gerais e administrativas	23	(2.401)	(1.210)	(61.161)	(37.772)
Despesas com Vendas	23	-	-	(6.032)	(2.450)
Resultado de Equivalência patrimonial	12	20.860	408	(210)	(242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	20	1.258	(886)
Lucro operac. antes do resultado financeiro		**18.459**	**(782)**	**34.087**	**8.372**
Receitas financeiras	24	12.298	1.801	13.546	2.790
Despesas financeiras	24	(6)	(5)	(3.154)	(2.886)
Resultado financeiro, líquido		**12.292**	**1.796**	**10.392**	**(96)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**30.751**	**1.014**	**44.479**	**8.276**
IRPJ e CSLL correntes	25	(4.394)	(319)	(18.717)	(7.581)
IRPJ e CSLL diferidos	25	-	-	595	-
Lucro líquido do exercício		**26.357**	**695**	**26.357**	**695**
Resultado por ação (em reais)		**11,43**	**0,29**		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	26.357	695	26.357	695
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(101)	(64)	(101)	(64)
Mudança na participação relativa de coligada	858	-	858	-
Total do resultado abrangente do exercício	**27.114**	**631**	**27.114**	**631**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**12**	**-**	**-**	**1.594**	**-**	**-**	**1.606**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	695	-	695
Reserva de Capital	21	-	-	6.170	-	-	-	6.170
Reserva Legal	21	-	-	-	35	(35)	-	-
Aumento de capital	21	287.194	-	-	-	-	-	287.194
A Integralizar	21	-	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Destinação dos Lucros	21	-	-	-	-	(660)	-	(660)
Ajustes de conversão do Período		-	-	-	-	-	(64)	(64)
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)		**287.206**	**(100.000)**	**6.170**	**1.629**	**-**	**(64)**	**194.941**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.357	-	26.357
Reserva de Capital	21	-	-	4.025	-	-	-	4.025
Reserva Legal	21	-	-	-	1.319	(1.319)	-	-
A Integralizar	21	-	100.000	-	-	-	-	100.000
Destinação dos Lucros	21	-	-	-	-	(25.038)	-	(25.038)
Ajustes de conversão do Período		-	-	-	-	-	(101)	(101)
Mudança na participação relativa de coligada		-	-	-	–	-	858	858
Em 31 de dezembro de 2023		**287.206**	**-**	**10.195**	**2.948**	**-**	**693**	**301.042**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	30.751	1.014	44.479	8.276
Ajustado por:				
Depreciação e amortização (Notas 13, 14 e 19)	-	8	9.510	2.464
Perda (ganho) na alienação de ativo imobilizado	-	136	2.123	1.509
Provisão para perda de estoque (Nota 8)	-	-	1.050	2.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	-	-	3.721	1.302
Provisão contingências	-	-	126	-
Resultado de equivalência Patrimonial	(20.860)	(408)	210	242
Ajuste a valor presente	-	-	236	519
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, arrendamento mercantil, contas a pagar na aquisição de investimentos e contingências	-	-	1.627	1.506
Redução (aumento) nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes	-	-	(30.097)	7.454
Estoques	-	-	(18.785)	(15.598)
Tributos a recuperar	-	-	(27)	(1.176)
Tributos diferidos	-	-	(1.166)	(1.766)
Adiantamento a fornecedores	-	-	16.342	(9.958)
Depósitos e Cauções	-	-	(1.153)	-
Despesas Antecipadas	-	-	(701)	-
Outros ativos	1	178	(3.566)	(159)
Aumento (redução) nas contas de passivo				
Fornecedores	61	78	13.552	(5.392)
Salários e encargos sociais	10	15	2.277	1.711
Tributos a pagar	(1.435)	(91)	1.469	(257)
Adiantamento de cliente	-	-	(1.311)	2.210
Outros passivos	-	-	(71)	60
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**8.528**	**930**	**39.845**	**(4.978)**
Juros pagos	-	-	(423)	(1.561)
IRPJ e CSLL pagos	(770)	(144)	(14.688)	(8.335)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**7.758**	**786**	**24.734**	**(14.874)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível (Notas 13 e 14)	-	-	(114.621)	(16.577)
Constituição de empréstimo com partes relacion.	(167)	(14.624)	-	(10.431)
Aumento de capital em controladas (Nota 12)	(110.368)	(92.476)	(210)	-
Aquisição de controladas/coligadas, líquido do caixa adquirido	-	(7.049)	-	(5.365)
Recebimento de dividendos	-	28.515	-	-
Aquisições de intangível	-	-	-	(219)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	**(110.535)**	**(85.634)**	**(114.831)**	**(32.592)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.753	18.709
Amortização de passivo de arrendamento (Nota 19)	-	-	(845)	(162)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(3.477)	(27.324)
Amortização de Mútuo com partes relacionadas	-	-	(531)	(311)
Reserva de capital	4.025	6.170	4.025	6.170
Aumento de Capital (Nota 21)	100.000	187.194	100.000	187.194
Pagamento de dividendos (Nota 21)	(7.737)	(27.630)	(7.737)	(46.462)
Conta corrente entre partes relacionadas	5.635	8.051	(122)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**101.923**	**173.785**	**93.066**	**137.814**
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(854)**	**88.937**	**2.969**	**90.348**
Caixa e equivalente de caixas no início do exercício (Nota 6)	**88.937**	**-**	91.052	704
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	88.083	88.937	94.021	91.052

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: 1.1 Informações gerais: A Blue Health Participações S.A. ("Companhia" ou "BHP"), com sede na cidade de São Paulo, iniciou suas operações em 2017 sob a denominação social SS Holding S.A, atuando como empresa de investimentos em projetos em alguns setores. Atualmente, a BHP é uma holding que concentra investimentos nos setores de equipamentos e consumíveis médicos, nos segmentos de: diagnóstico de imagem, suporte à vida, IVD (diagnóstico in vitro), locação e prestação de serviços especializados para operadores de saúde, hospitais, clínicas, centro de diagnósticos entre outros. A missão da Companhia é proporcionar aos clientes uma solução completa (one-stop-shop) em termos de equipamentos e consumíveis médicos, através da (i) locação, (ii) prestação de serviços de manutenção e (iii) venda de equipamentos médicos, através de tecnologia de ponta, parcerias globais estratégicas e profissionais altamente qualificados, democratizando o acesso à saúde na América Latina. A BHP foi moldada para ser a ferramenta de consolidação de investimentos e formação do Grupo Blue Health ("Grupo"), através das participações integrais nas empresas Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. ("US"), Brazil 3 Business Participações Ltda. ("B3B") e Cryo Service Ltda. ("Cryo"). Adicionalmente aos investimentos supracitados, a BHP atua na América Latina através de sua subsidiária Blue Health Latam, sediada nas Bahamas e com atuação no segmento de IVD (diagnostico in vitro), na qual possui participação de 14,24% (17,47%) em 31 de dezembro de 2022). Em junho de 2022, as participações societárias detidas pelos sócios fundadores das empresas US e Cryo foram integralmente transferidas para a BHP, conforme apresentado no item (b) da Nota 2.3.1. Ainda no ano de 2022, houve a entrada de fundos de investimento geridos por três investidores na composição societária da BHP: (i) Kinea Private Equity Investimentos S.A. ("Kinea"), (ii) Lazuli Partners Asset Management Ltda. ("Lazuli") e (iii) EB Capital Gestão de Recursos Ltda. ("EB Capital"). A entrada destes investidores possui dois grandes objetivos: (a) profissionalizar a governança corporativa do Grupo, elevando aos padrões de gestão e compliance de Companhias listadas em bolsa; e (b) acelerar o crescimento do Grupo Blue Health, focando na ampliação do portfólio de equipamentos médicos e seus consumíveis e prestação de serviços oferecidos aos clientes. Em 2023, a BHP passou a deter 49% (quarenta e nove por cento) de participação acionária na "UniBlue Locações S.A." ("UniBlue"), tendo, como única sócia, a "Unimed Participações S.A.". A operação teve seu fechamento, com a aprovação pelos órgãos regulatórios competentes ao final do ano de 2023, sendo que o controle da UniBlue é do Grupo Blue Health, via Conselho de Administração. A UniBlue tem como objeto ampliar a oferta de locação de equipamentos médicos para cooperativas médicas e entidades auxiliares que atuam sob a marca "Unimed", a integralização de capital ocorreu em 2024, conforme divulgado na nota 27.1. **1.2 Reapresentação das cifras comparativas:** Em 02 de junho de 2022, a participação societária detida pelo sócio fundador da Cryo foi integralmente transferida para a BHP, os lucros apurados até a data foram distribuídos para os antigos sócios. Em 2023, foram identificados ajustes no balanço patrimonial de 2022, relacionado à retificação de erros no cálculo do balanço de abertura, a referida correção afetou os valores a receber e a pagar dos antigos acionistas. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Controladora – 31 de dezembro de 2022

Balanço Patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	88.965	-	88.965
Não Circulante	114.449	(227)	114.222
Partes Relacionadas	15.241	2.112	17.353
Investimentos	99.208	(2.339)	96.869
Total do ativo	203.414	(227)	203.187
	Original	**Ajuste**	**Reapresentado**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	195	-	195
Outras Contas a Pagar	195	-	195
Não Circulante	8.051	-	8.051
Patrimônio líquido	195.168	(227)	194.941
Reserva Legal	1.856	(227)	1.629
Total do passivo e patrimônio líquido	203.414	(227)	203.187

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

Balanço Patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	163.969	-	163.969
Não Circulante	61.982	(167)	61.815
Partes Relacionadas	17.179	(167)	17.012
Investimentos			
Total do ativo	225.951	(167)	225.784

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

Balanço Patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	25.934	60	25.994
Outras Contas a Pagar	129	60	189
Não Circulante	4.849	-	4.849
Patrimônio líquido	195.168	(227)	194.941
Reserva Legal	1.856	(227)	1.629
Total do passivo e patrimônio líquido	225.951	(167)	225.784

Controladora – 31 de dezembro de 2022

Demonstração do Resultado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita liquida	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.210)	-	(1.210)
Despesas com Vendas	-	-	-
Resultado de Equivalência patrimonial	4.965	(4.557)	408
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	-	20
Receitas financeiras	1.801	-	1.801
Despesas financeiras	(5)	-	(5)
IRPJ e CSLL correntes	(319)	-	(319)
Lucro líquido do exercício	**5.252**	**(4.557)**	**695**
Resultado por ação (em reais)	2,21	(1,92)	0,29

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

Demonstração do Resultado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita liquida	108.822	(8.787)	100.035
Custo das mercadorias vendidas	(44.328)	683	(43.645)
Custo dos serviços prestados	(7.650)	982	(6.668)
Despesas gerais e administrativas	(39.557)	1.785	(37.772)
Despesas com Vendas	(2.899)	449	(2.450)
Resultado de Equivalência patrimonial	(242)	-	(242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(482)	(404)	(886)
Receitas financeiras	2.847	(57)	2.790
Despesas financeiras	(2.910)	24	(2.886)
IRPJ e CSLL correntes	(8.349)	768	(7.581)
Lucro líquido do exercício	**5.252**	**(4.557)**	**695**
Resultado por ação (em reais)			

Controladora – 31 de dezembro de 2022

Demonstração dos fluxos de caixa	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	786	-	786
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(85.634)	-	(85.634)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	173.785	-	173.785
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**88.937**	**-**	**88.937**

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

Demonstração dos fluxos de caixa	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.377)	(4.497)	(14.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(37.089)	4.497	(32.592)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	137.814	-	137.814
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**90.348**	**-**	**90.348**

2. Resumo das políticas contábeis materiais: 2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de maio de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real e a BHP Latam utiliza o Dólar. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. a) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. **2.3 Políticas contábeis: 2.3.1. Consolidação**: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 12. a) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Combinação de Negócios: Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. Quando o controle é transferido para a Companhia, estes ativos e passivos são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. : Em 02 de junho de 2022, a Companhia celebrou transferência de 100% das quotas do capital social da Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. ("US"). A Empresa opera com vendas, locação e manutenção de equipamentos médicos. Cryo Service Ltda. : Em 02 de Junho de 2022, a Companhia celebrou transferência de 100% das quotas do capital social da Cryo Service Ltda. ("Cryo"). A Empresa opera com vendas, locação e assistência técnica de equipamentos médicos. Brazil 3 Business Participações Ltda. : Em 02 de Junho de 2022, a Companhia celebrou transferência de 100% das quotas do capital social da Brazil 3 Business Participações Ltda. ("B3B"). A Empresa opera com vendas de equipamentos médicos. A tabela a seguir resume a contraprestação paga aos vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das referidas aquisições:

	US 31/05/2022	Cryo 31/05/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	48	1.476
Contas a receber de clientes	3.682	7.797
Estoques	4.762	5.735
Tributos a recuperar	43	543
Adiantamento a fornecedores	1.452	4.544
Outros ativos	25	39
	10.011	**20.133**
Não circulante		
Investimentos	4	-
Imobilizado	16.569	3.238
Intangível	23	221
Direito de Uso de Arrendamento	1.365	-
	17.961	**3.459**
Total do ativo	**27.972**	**23.593**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.236	2.501
Salários e encargos sociais	242	613
Tributos a pagar	2.477	921
Parcelamento Impostos	449	-
Adiantamento de cliente	44	498
Empréstimos e Financiamentos	8.007	-
Passivo de arrendamento	326	-

continua ☛

continuação

Blue Health Participações S.A.

	US 31/05/2022	Cryo 31/05/2022
Outras contas a pagar	-	9.537
Lucros a distribuir	8.650	9.023
	22.431	**23.093**
Não circulante		
Partes relacionadas	750	-
Parcelamento Impostos	1.983	-
Empréstimos e Financiamentos	1.645	-
Passivo de arrendamento	1.058	-
	5.437	**-**
Total do passivo	**27.868**	**23.093**
Total de ativos líquidos identificáveis	**105**	**500**
Na data aquisição/transferência		
Caixa	-	-
Instrumentos patrimoniais emitidos (103 mil ações ordinárias)	-	500
Instrumentos patrimoniais emitidos (169 mil ações ordinárias)	105	-
Contraprestação contingente		
Total da contraprestação transferida	**105**	**500**
Ativo de indenização		
Valor justo da participação acionária	-	-
Total da contraprestação	**105**	**500**

2.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3; • Imobilizado - Nota 2.3.6. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não houve ajustes nas datas bases de 2023 e 2022. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto, quando existentes, representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto, quando existentes, são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. **2.3.4. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.3.5. Estoques**: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.3.6. Imobilizado**: Máquinas e Equipamentos compreendem principalmente os equipamentos utilizados pela Companhia como objeto de locação em seus contratos com clientes. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e Equipamentos	10
Moveis e Utensílios	10
Equip. Processamento Dados	5
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas não operacionais"" na demonstração do resultado. **2.3.7. Arrendamentos**: A Companhia aluga andar em prédio comercial para sua área administrativa e aluga prédios comerciais para suas unidades operacionais. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do contrato. **2.3.8. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.3.9. Provisões**: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.3.10. IRPJ e CSLL correntes**: IRPJ e CSLL – correntes: As despesas fiscais do exercício compreendem o IRPJ e a CSLL corrente. O IRPJ é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do IRPJ e da CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.11. Capital social**: As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.3.12. Reconhecimento da receita**: A receita é reconhecida quando, ou à medida que o controle sobre bens ou serviços distintos é transferido para o cliente. Isso requer, entre outros, que exista um contrato com direitos e obrigações exigíveis, que o cliente esteja comprometido com suas obrigações contratuais e que a cobrança da contraprestação seja provável, levando em consideração a qualidade de crédito do cliente. Receita é o preço de transação ao qual a entidade espera ter direito. A contraprestação é ajustada pelo valor do dinheiro no tempo se o período entre a transferência de bens ou serviços e o recebimento do pagamento for superior a doze meses e houver um benefício financeiro significativo para o cliente ou para a entidade. Se um contrato contiver mais de um bem ou serviço distinto, o preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos. Se os preços de venda individuais não forem diretamente observáveis, a Companhia os estimará razoavelmente, principalmente usando valores de referência históricos. A receita é reconhecida para cada obrigação de desempenho em um momento ou ao longo do tempo. a) Venda de equipamentos: A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias (especialmente equipamentos, reagentes e consumíveis) passa para o cliente, geralmente na entrega das mercadorias. Os prazos de pagamento normalmente não excedem 90 dias após a aceitação do cliente. b) Receita de serviços: A receita é reconhecida ao longo do tempo de forma linear ou, se o padrão de desempenho não for linear, conforme os serviços são prestados. Os pagamentos dos clientes são normalmente recebidos mensalmente. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). d) Receita de locação: A receita com locações operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período de locação. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. **2.3.13. Ativos financeiros**: a) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. b) Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. c) Mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. Instrumentos de dívida. A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. Instrumentos patrimoniais A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. d) Impairment: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.3.14. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023**: a) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Administração da Empresa está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado das mudanças climáticas. c) Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2.3.15. Novas normas que entraram em vigor no exercício de 2023**: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **. Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e da Companhia e suas controladas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.3.1. Estimativas e premissas**: As demonstrações financeiras individuais e consolidas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. a) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **3.3.2. Julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os principais julgamentos e estimativas efetuados pela administração referem-se a (i) provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas e créditos de liquidação duvidosa (nota 7); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado (nota 13); e (iii) provisão de contingências (nota 20). A administração revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o exercício, dentro de seu período de competência. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e das suas controladas. A Companhia e suas controladas procuram gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. a) Risco de taxa de câmbio: A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia e suas controladas est*ão* expostos no final do exercício. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e nos contratos das importações para locação incluem proteções específicas para lidar com possíveis flutuações na taxa de câmbio. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia e suas controladas restringem suas exposiç*ões* a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia e suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia e de suas controladas, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Como medida para mitigação de risco, os contratos de maior exposição incluem cláusulas de garantia, além de contar com o próprio equipamento como garantia. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 7). c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia e de suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado		
2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Fornecedores	160	-	27.194	-	-
Parcelamento Impostos	-	-	520	1.516	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	444	1.181	33
Passivo de arrendamento	-	-	1.708	2.464	3.239
Outras contas a pagar	-	-	118	-	-
	160	**-**	**29.984**	**5.161**	**3.272**

2022 (Reapresentado)	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**
Fornecedores	99	-	12.541	-
Parcelamento Impostos	-	-	501	1.950
Empréstimos e Financiamentos	-	-	2.163	1.315
Passivo de arrendamento	-	-	326	897
Outras contas a pagar	-	-	189	-
	99	**-**	**15.720**	**4.162**

5. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	88.083	88.937	94.021	91.052
Contas a receber de clientes	-	-	42.928	16.457
	88.083	**88.937**	**136.949**	**107.509**

	Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo ao custo amortizado				
Fornecedores	160	99	27.194	12.541
Parcelamento Impostos	-	-	2.036	2.451
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.658	3.478
Passivo de arrendamento	-	-	5.971	1.223
Partes relacionadas	3.914	8.051	-	532
Dividendos a Pagar	13.125	-	13.125	-
	17.199	**8.150**	**49.984**	**20.225**

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2022**	**2023**	**2022**
Recursos em banco e em caixa	1	7.557	1.965	8.538
Aplic. financeiras de curto prazo	88.082	81.380	92.056	82.514
	88.083	**88.937**	**94.021**	**91.052**

Todas as aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão alocadas em CDBs de liquidez diária com taxa média de 106% a.a. do CDI (2022 - 102% a.a. do CDI).

continuação

continuação

Blue Health Participações S.A.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Contas a receber de clientes	51.806	21.378
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.049)	(4.328)
(-) AVP Contas a Receber	(829)	(593)
	42.928	**16.457**

O prazo médio de recebimento das controladas é de 72 dias (30 dias em 2022). A análise de vencimentos do contas a receber em atraso está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2023	**2022**
A vencer	35.525	12.800
Até 30 dias	3.960	1.390
De 31 a 60 Dias	1.346	1.346
De 61 a 90 Dias	1.994	745
De 91 a 180 Dias	2.088	1.635
Acima 180 dias	6.893	3.463
	51.806	**21.378**

Devido ao histórico baixo de perdas de créditos, a administração decidiu por tomar o seguinte critério de reconhecimento de PECLD:

A vencer	0,10%
Até 30 dias	0,50%
De 31 a 60 dias	1,00%
De 61 a 90 dias	2,00%
De 91 a 180 dias	50,00%
Acima de 180 dias	100,00%

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	Consolidado						
	A vencer	**Atrasado até 30 dias**	**De 31 a 60 dias de atraso**	**De 61 a 90 dias de atraso**	**De 91 a 180 dias de atraso**	**Acima 180 dias de atraso**	**Total**
31 de dezembro de 2023							
Taxa de perdas esperadas - %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	35.525	3.960	1.346	1.994	2.088	6.893	51.806
Provisão para perdas	37	20	14	40	1.045	6.893	8.049
31 de dezembro de 2022							
Taxa de perdas esperadas - %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	12.800	1.390	1.346	745	1.635	3.463	21.378
Provisão para perdas	13	8	14	14	819	3.463	4.328

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Em 1º de janeiro	4.328	376
Aquisição de controlada	-	2.650
Provisão constituída durante período contábil	3.721	1.302
Em 31 de dezembro	**8.049**	**4.328**

8. Estoques:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Estoques de equipamento para revenda	52.433	33.648
Provisão perda de estoque	(3.278)	(2.228)
	49.155	**31.420**

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R$ 58.842 mil em 2023 (2022 - R$ 43.645 mil).

	2023	**2022**
Em 1º de janeiro de	(2.228)	(153)
Provisão realizada durante exercício	(1.050)	(2.075)
Em 31 de dezembro	**(3.278)**	**(2.228)**

9. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
ICMS a Recuperar	-	-	811	554
IRRF a Recuperar	-	-	162	20
CSLL a Recuperar	-	-	388	59
Cofins a Recuperar	-	-	745	1.473
Pis a Recuperar	-	-	161	320
IPI a Recuperar	-	-	-	267
IRPJ a Recuperar	-	-	2	2
Outros a Recuperar	12	-	909	457
	12	**-**	**3.178**	**3.152**

10. Adiantamentos a fornecedores: Os valores se referem a adiantamentos de fornecedores de equipamentos de diagnósticos por imagem. Tais adiantamentos serão liquidados no decorrer do exercício seguinte.

	Consolidado	
	2023	**2022**
Adiantamento a fornecedores	4.556	21.280
Adiantamentos de Importações	558	175
	5.114	**21.456**

11. Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022** (Reapresentado)	**2023**	**2022** (Reapresentado)
Partes relacionadas Ativo				
Adiantamento de Dividendos	5.931	11.873	12.884	17.012
Brazil 3 Business Participações Ltda	3.804	5.480	-	-
Cryo Service Ltda	3.178	-	-	-
Ultra-Som Equipamentos Médicos	9.391	-	-	-
Tomotec Manutenção de Equipamentos	166	-	166	-
UniBlue Locações S.A."	1	-	1	-
Blue Health Holding	-	-	8	-
	22.471	**17.353**	**13.059**	**17.012**

	Controladora		Consolidado	
Partes relacionadas Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Brazil 3 Business Participações Ltda.	3.914	8.051	-	-
Dividendos a Pagar	13.125	-	13.125	-
	17.039	**8.051**	13.125	**-**

	Controladora		Consolidado	
Partes relacionadas Resultado Juros Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Gabriel M C Junqueira de Andrade	-	-	-	532
	-	**-**	**-**	**532**

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os diretores executivos. A remuneração paga pelos serviços desses profissionais, considerada benefícios de curto prazo, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Diretoria executiva (a)	5.112	1.176
	5,112	**1.176**

(a) Em 2023, a Empresa passou por reestruturação societária e de conselheiros, acarretando a formação de nova composição de diretoria.

12. Investimentos:

a) Movimento dos investimentos:	Controladora	
	2023	**2022** (Reapresentado)
Em 1 de janeiro	96.869	94
Aquisição de controlada (Nota 12 b)	-	2.203
Ágio na aquisição de coligada	-	4.846
Participação nos lucros de controladas	20.860	408
Aumento de Capital	122.196	92.477
Variação Cambial	(101)	(64)
Mudança na participação relativa de coligada	858	-
Aumento de capital mediante AFAC	(11.828)	-
Dividendos recebidos de controladas	(18.900)	(3.095)
Em 31 de dezembro	**209.954**	**96.869**

b) Participação societária nos investimentos:

				Percentual	
Nome	**País**	**Negócio**	**Relacionamentos**	**Participação direta nas ações ordinárias**	**Participação nas ações preferenciais**
B3B	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
Cryo Service	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
US	Brasil	Venda, Manutenção e Locação de Equipamentos Médicos	Controlada	100	100
BHP Latam	Bahamas	Venda de equipamentos médicos	Coligada (a)	14,24	14,24
UniBlue	Brasil	Locação de equipamentos médicos	Controlada	49	49

Em 29 de novembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os sócios representantes, para a aquisição de 17,47% do capital social da Blue Health LATAM Ltd. ("Latam"). A empresa atua na comercialização de equipamentos e consumíveis médicos, e oferece soluções integradas que incluem locação e suporte técnico especializado em equipamentos médicos. Em decorrência da aquisição a Companhia se comprometeu a pagar o valor de R$ 6.445. O ágio desta aquisição totalizou R$ 4.846. Durante o ano de 2023, houve novos aportes na Empresa, reduzindo a participação da Companhia para 14,24% (17,47% em 2022). **C) Resumo das informações financeiras:**

(i) Balanço patrimonial sintético:

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2023	**2023**	**2023**	**2023**
Circulante				
Ativo	63.456	31.470	20.665	23.158
Passivo	(21.253)	(21.095)	(28.045)	(9.130)
Ativo circulante líquido	42.203	10.375	(7.380)	14.028
Não circulante				
Ativo	37.680	22.626	126.119	-
Passivo	(3.058)	(1.533)	(23.703)	-
Ativo não circulante líquido	34.622	21.093	102.416	-
Patrimônio líquido	**(76.825)**	**(31.468)**	**(95.036)**	**(14.028)**

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2022	**2022** (Reapresentado)	**2022**	**2022**
Circulante				
Ativo	41.323	16.316	26.999	8.364
Passivo	(8.513)	(5.333)	(20.773)	(1.000)
Ativo circulante líquido	32.810	10.983	6.227	7.364
Não circulante				
Ativo	15.145	6.342	34.523	33
Passivo	(6.130)	(164)	(8.899)	-
Ativo não circulante líquido	9.015	6.178	25.624	33
Patrimônio líquido	**(41.825)**	**(17.161)**	**(31.851)**	**(7.398)**

(ii) Demonstração do resultado sintética:

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2023	**2023**	**2023**	**2023**
Receitas	94.703	42.233	42.403	12.151
Lucro antes do IR/CS	13.591	9.161	12.317	(1.841)
Despesa de IR/CS	(5.494)	(3.642)	(4.749)	-
Lucro (prejuízo) líquido	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Lucro não realizado	(113)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido realizado	7.984	5.519	7.568	(1.841)

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo (a)**	**US (a)**	**BHP Latam**
	2022	**2022** (Reapresentado)	**2022**	**2022**
Receitas	73.385	15.140	16.035	88
Lucro antes do IR/CS	5.038	(590)	3.623	(1.518)
Despesa de RI/CS	(3.708)	(1.748)	(1.857)	131
Lucro (prejuízo) líquido	1.330	(2.339)	1.766	(1.387)
Lucro não realizado	(106)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido realizado	1.224	(2.339)	1.766	(1.387)

(a) informações referentes a junho/2022 a dezembro/22.

(iii) Demonstração do resultado abrangente sintética:

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2023	**2023**	**2023**	**2023**
Lucro (prejuízo) líquido	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(751)
Total do resultado abrangente	8.097	5.519	7.568	(2.592)

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2022	**2022** (Reapresentado)	**2022**	**2022**
Lucro (prejuízo) líquido	1.330	(2.339)	1.766	(1.387)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(366)
Total do resultado abrangente	1.330	(2.339)	1.766	(1.753)

(iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos:

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2023	**2023**	**2023**	**2023**
Patrimônio líquido em 1 de janeiro	41.719	17.161	31.851	7.398
Distribuição de dividendos aos acionistas	(8.096)	(3.180)	(7.568)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.097	5.519	7.568	(1.841)
Lucro não realizado	(113)	-	-	-
Aumento de Capital	35.000	11.968	63.185	9.222
Variação cambial	-	-	-	(751)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	76.607	31.468	95.036	14.028
Percentual de participação societária - %	100	100	100	14,24
Ágio na aquisição de coligada (a)	-	-	-	4.846
Participação nos investimentos	76.607	31.468	95.036	6.843

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R$ 4.846.

	Controladas			Coligada
	B3B	**Cryo**	**US**	**BHP Latam**
	2022	**2022** (Reapresentado)	**2022**	**2022**
Patrimônio líquido em 1 de janeiro	94	500	105	28
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.330)	-	(1.765)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.330	(2.339)	1.765	(1.387)
Lucro não realizado	(106)	-	-	-
Aumento de Capital	41.731	19.000	31.746	9.123
Variação cambial	-	-	-	(366)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	41.719	17.161	31.851	7.398
Percentual de participação societária - %	100	100	100	17,47
Ágio na aquisição de coligada (a)	-	-	-	4.846
Participação nos investimentos	41.719	17.161	31.851	6.138

(a) Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R$ 4.846.

13. Imobilizado:

	Consolidado									
	Maq. e Equip.	**Moveis e Utensílios**	**Benf. em Imóveis de Terc.**	**Instalações**	**Equip. Processamento Dados**	**Veículos**	**Ferramentas e Acessórios**	**Ativo Imob. em And.**	**Ativo Imob. em And.**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2022										
Saldo inicial	1.970	19	-	43	92	200	12	-	-	2.335
Aquisição Custo controladas maio/22	22.710	414	162	265	419	1.678	-	341	-	25.989
Aquisição depreciação controladas maio/22	(4.957)	(329)	(10)	(51)	(174)	(653)	-	-	-	(6.174)
Transferências	-	43	-	(43)	-	-	-	-	-	-
Aquisições	14.856	255	1	2	226	105	8	1.104	-	16.557
Depreciação	(1.829)	(38)	(4)	(16)	(80)	(302)	(3)	-	-	(2.271)
Alienação Custo	(1.568)	-	-	-	-	(281)	-	-	-	(1.849)
Alienação Depreciação	215	-	-	-	-	125	-	-	-	340
Saldo contábil, líquido	**31.397**	**364**	**149**	**201**	**482**	**872**	**17**	**1.445**	**-**	**34.927**
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	38.005	731	162	267	748	1.750	21	1.445	-	43.129
Depreciação acumulada	(6.608)	(367)	(13)	(66)	(266)	(878)	(4)	-	-	(8.202)
Saldo contábil, líquido	**31.397**	**364**	**149**	**201**	**482**	**872**	**17**	**1.445**	**-**	**34.927**
Saldo inicial	**31.397**	**364**	**149**	**201**	**482**	**872**	**17**	**1.445**	**-**	**34.927**
Transferências	503	-	-	-	-	-	-	(503)	-	-
Aquisições	113.141	83	92	-	435	-	214	192	49	114.206
Depreciação	(7.809)	(71)	(10)	(27)	(166)	(327)	(21)	-	(1)	(8.432)
Alienação Custo	(2.502)	(26)	-	-	-	-	-	-	-	(2.528)
Alienação Depreciação	405	-	-	-	-	-	-	-	-	405
Saldo contábil, líquido	135.135	350	231	174	751	545	210	1.134	48	138.578
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo	149.147	788	254	267	1.183	1.750	235	1.134	49	154.807
Depreciação acumulada	(14.012)	(438)	(23)	(93)	(432)	(1.205)	(25)	-	(1)	(16.229)
Saldo contábil, líquido	135.135	350	231	174	751	545	210	1.134	48	138.578

14. Intangível:	**Projetos em andamento**	**Softwares**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2022			
Custo	136	151	287
Amortização acumulada	-	(58)	(58)
Saldo contábil, líquido	**136**	**93**	**229**
Saldo inicial	136	93	229
Aquisições	54	180	234
Amortização	-	(19)	(19)
Saldo contábil, líquido	**190**	**254**	**444**
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	190	331	521
Amortização acumulada	-	(77)	(77)
Saldo contábil, líquido	**190**	**254**	**444**
Saldo inicial			
Aquisições	-	415	415
Amortização	-	(93)	(93)
Saldo contábil, líquido	**-**	**322**	**322**
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	190	746	936
Amortização acumulada	-	(170)	(170)
Saldo contábil, líquido	**190**	**576**	**766**

15. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores Nacionais	160	99	27.091	11.957
Fornecedores Estrangeiros	-	-	103	584
	160	**99**	**27.194**	**12.541**

A Companhia não possuía operações de antecipações no final do exercício de 2023. **16. Salários e encargos sociais:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Provisão para férias	-	-	1.983	1.305
Salários a pagar			202	-
INSS a recolher	14	8	812	485
FGTS a recolher	-	-	233	159
Bônus	-	-	1.460	819
IRRF a recolher	9	-	304	124
Outros	-	5	189	15
	23	**13**	**5.183**	**2.907**

17. Tributos a pagar e parcelamento de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
ICMS	-	-	3.044	958
IRPJ	1.530	20	4.782	1.933
COFINS	-	-	578	558
CSLL	748	48	1.585	625
PIS	-	-	127	163
ISS	-	-	115	80
IPI	-	-	6	1
INSS	-	-	7	5
CSRF	-	11	17	19
IRRF	1	4	180	101
Parcelamento - Simples Nacional	-	-	675	704
Parcelamento - PERT	-	-	1.361	1.598
Parcelamento - ICMS	-	-	-	149
Outros	4	-	57	27
	2.283	**83**	**12.534**	**6.921**
Circulante	2.283	83	11.018	4.971
Não Circulante	-	-	1.516	1.950

18. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Circulante		
Empréstimos garantidos (conta-garantida)	-	14
Empréstimos bancários	395	2.026
Antecipação de Recebíveis	-	57
Consórcios	49	66
	444	**2.163**
Não circulante		
Empréstimos bancários	1.088	1.139
Consórcios	126	176
	1.214	**1.315**
Total dos empréstimos	**1.658**	**3.478**

	Consolidado	
	2023	**2022**
Em 1º de janeiro de	3.478	2.407
Adição na aquisição de controlada (a)	-	9.652
Adições	1.753	18.709
Juros Provisionados	311	1.128
Variação Cambial	(96)	-
Amortizações	(3.477)	(27.324)
Juros Pagos	(311)	(1.094)
Em 31 de dezembro	**1.658**	**3.478**

(a) Refere-se arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo BHP pela Companhia, ocorrido em junho de 2022. Os empréstimos são compostos por antecipação de recebíveis, contas garantidas, empréstimos e financiamento de equipamentos.ao longo do ano de 2022, foi antecipado o valor de R$ 14.922 gerando um custo financeiro no valor de R$ 336. O prazo médio de antecipação em 2022 foi de 29 dias. Em 2023, não houve antecipações. Os empréstimos bancários da US foram liquidados no exercício de 2023 antecipando os vencimentos onde os cupons médios eram de 31,71% ao ano. Foi constituído, em 2023, um financiamento em dólar referente a compra de um equipamento, com vencimentos até 2027 sem incidência de juros. Os financiamentos são garantidos pelos próprios equipamentos financiados e deposito em garantia. O valor total do empréstimo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.492. O empréstimo da Cryo é composto por um financiamento de veículo. Onde o cupom é de 18,88% a.a, com vencimento até 2026, onde a garantia é o próprio bem financiado. O valor total do empréstimo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 166. Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos não estavam sujeitos a quaisquer cláusulas de covenants financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pelas suas controladas. **19. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:**

	Consolidado	
	2023	**2022**
Ativos de direito de uso		
Edificações	5.668	1.191
Passivos de arrendamentos		
Circulante	1.708	326
Não circulante	4.263	897
	5.971	**1.223**

Ativos de direito de uso - Consolidado: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2023	**2022**
Saldo em 1 de janeiro	1.191	-
Adição na aquisição de controlada (a)	-	1.384
Adição novos contratos	5.462	-
Despesa de depreciação	(985)	(193)
Saldo em 31 de dezembro	**5.668**	**1.191**

(a) Refere-se a arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo BHP pela Companhia, ocorrido em junho de 2022. **Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

continuação

Publicidade Legal

continuação

Blue Health Participações S.A.

	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	1.223	-
Juros provisionados	(30)	34
Juros pagos	112	(33)
Adição na aquisição de controlada (a)	-	1.384
Adição novos contratos	5.511	-
Pagamentos	(845)	(162)
Saldo em 31 de dezembro	**5.971**	**1.223**

(a) Refere-se a arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo BHP pela Companhia, ocorrido em junho de 2022. **20. Provisão para contingências:** O Grupo é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Ações cíveis e trabalhistas: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes e reclamações trabalhistas de funcionários. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". O saldo no Consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, corresponde a R$ 155 e R$ 281 respectivamente. Na opinião da administração, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa, além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. Os administradores da Companhia, amparado por seus assessores legais externos, não apontam contingências possíveis em 2022 e 2023. **21. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 2023 e 2022 é de R$ 287.206 mil (duzentos oitenta sete milhões duzentos e cinco mil setecentos noventa dois reais sessenta cinco centavos) totalmente subscrito, e dividido em 2.382 mil (duas milhões trezentas oitenta duas mil quatrocentos quatorze) ações nominativas e sem valor nominal das quais 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são ordinárias e 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são preferenciais. b) Dividendos: Conforme deliberação dos sócios, os lucros são distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social, sendo, também, admitida a distribuição não proporcional, após deduzidos os prejuízos acumulados. Mediante deliberação dos sócios, a Administração poderá levantar balanços mensais e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou mensal. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram distribuídos, R$ 25.038 mil e R$ 660 mil, respectivamente, como dividendos aos sócios da Companhia.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	26.357	695
Reserva Legal	(1.319)	(35)
Base de cálculo dos dividendos	25.038	660
Dividendo proposto a pagar	(25.038)	(660)
Total de dividendos	(25.038)	(660)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	95%	95%

Os dividendos pagos em 2023 e 2022 foram de R$ 7.737 e R$ 27.630, respectivamente. c) Aumento de Capital: Aumento de Capital realizado na data 03 de junho de 2022 no valor de RS 287.194 mil, mediante a emissão de 206 mil novas ações ordinários nominativas e 206 mil novas ações preferenciais nominativas, sendo que R$ 100.000 mil foram integralizados durante o ano de 2023. d) Reserva de Capital: A reserva de capital constituída em 2022 é decorrente do aumento de capital com a entrada dos investidores, Kinea Private Equity Investimentos S.A, Lazuli Partners Asset Management Ltda, EB Capital Gestão de Recursos Ltda, e pela reorganização societária das Empresas US e Cryo. A reserva de capital constituída em 2023 é decorrente da correção monetária do capital integralizado durante o exercício. e) Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **22. Receita líquida:** A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2023	2022 (Reapresentado)
Receita bruta de venda de mercadoria	124.602	89.326
Receita bruta de serviços	46.608	24.196
Receita bruta na locação de bens	38.021	13.976
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	(34.714)	(27.463)
Receita líquida dos serviços prestados	**174.517**	**100.035**

23. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022 (Reapresentado)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	58.842	43.645
Custo do serviço prestado(a)	-	-	15.443	6.668
Despesa com pessoal (a)	709	240	31.322	16.271
Serviço de terceiros	1.377	760	12.315	10.819
Despesa com manutenção	-	-	952	2.174
Custo de fretes terceirizados	-	-	2.332	1.183
Despesa com utilidades	-	-	2.633	592
Despesa com vendas	-	-	4.061	1.788
Despesa com Locação	207	-	457	760
Insumos	-	-	1.054	1.055
Depreciação e amortização	-	9	3.013	236
Materiais e Serv. Limpeza	-	-	519	40
Despesa com taxas	55	186	875	343
Despesa Viagens e Combustíveis	4	-	1.666	2.286
Despesa PCLD	-	-	3.721	1.201
Outras despesas	49	15	2.273	1.474
	2.401	**1.210**	**141.478**	**90.535**
Custo das mercadorias vendidas	-	-	58.842	43.645
Custo do serviço prestado	-	-	15.443	6.668
Despesas gerais e administrativas	2.401	1.210	61.161	37.772
Despesa com vendas	-	-	6.032	2.450
	2.401	**1.210**	**141.478**	**90.535**

(a) A partir do segundo semestre de 2022 e durante o ano de 2023, houve uma reestruturação do quadro de funcionários visando suportar o crescimento do Grupo.

24. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022 (Reapresentado)
Descontos obtidos	-	-	163	481
Rendimento de aplicações financeiras (a)	12.298	1.801	12.304	1.784
Juros de crédito tributário	-	-	35	69
Ajuste a valor presente	-	-	185	-
Variação cambial	-	-	380	-
Juros ativo	-	-	479	456
Receita financeira	**12.298**	**1.801**	**13.546**	**2.790**
Descontos concedidos			(383)	(328)
Juros Passivos	(6)	(4)	(1.685)	(1.580)
Tarifas bancárias	-	(1)	(158)	(33)
Multa mora	-	-	(120)	(273)
IOF	-	-	(7)	(27)
Variação cambial	-		(380)	
Ajuste Valor Presente	-	-	(421)	(519)
Outros	-	-	-	(126)
Despesa financeira	**(6)**	**(5)**	**(3.154)**	**(2.886)**
Resultado financeiro, líquido	**12.292**	**1.796**	**10.392**	**(96)**

(a) O saldo está relacionado ao elevado montante mantido em aplicações financeiras durante o período de 2023, assim com pela elevação na taxa de rendimento. Atrelado a isso, as aplicações financeiras em 2022 apresentaram saldo relevante apenas após o mês de julho, justificando a elevação dos rendimentos em 2023. **25. Despesa de IRPJ e CSLL:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Reapresentado)	2023	2022 (Reapresentado)
Resultado antes dos impostos sobre Lucro	**30.751**	**1.014**	**44.479**	**8.276**
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL - Empresas no "Lucro Presumido" (i)	3.034	4.888	8.612	13.779
Resultado antes dos impostos sobre o lucro - "Empresas no Lucro Real"	**33.785**	**5.902**	**53.091**	**22.055**
Alíquota vigente combinada de 34%	(11.486)	(2.007)	(18.051)	(7.499)
Equivalência patrimonial	7.092	1.688	(71)	(82)
	(4.394)	**(319)**	**(18.122)**	**(7.581)**
Impostos de renda e CSLL - correntes	(4.394)	(319)	(18.717)	(7.581)
Impostos de renda e CSLL - diferido	-	-	595	-
Total	**(4.394)**	**(319)**	**(18.122)**	**(7.581)**
Alíquota efetiva	**14,3%**	**31,4%**	**40,7%**	**91,6%**

(i) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Em 2023 e 2022 a Sociedade adotou essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% para as receitas de prestação de serviços e de 8% para as receitas de revenda de mercadorias, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real. (ii) As empresas que seguem o regime de lucro presumido, US, CRYO, BHP nos anos de 2023 e 2022 e lucro Real para B3B em 2023 e 2022 **26. Cobertura de seguros (não auditado) :** A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura (R$)
Estoques	Incêndio/ raio/ explosão/danos elétricos/ Queda de aeronave	153.260.000

27. Eventos subsequentes: 27.1 Integralização de Capital na UniBlue: Em 03 de janeiro de 2024 e 05 de fevereiro de 2024, a Companhia integralizou capital no valor de R$ 980 mil e R$ 1.960 mil. Esta ação teve como objetivo principal apoiar o início das operações da UniBlue e reforçar sua estrutura de capital para suportar o crescimento planejado. **27.2 Dividendos Distribuídos**: Em fevereiro de 2024, a Companhia distribuiu dividendos aos acionistas no montante de R$ 8.797 mil.

A DIRETORIA
Eric Varga (CEO)
Diego Cézar Barboza (CFO)
José Carlos Mosselman Pereira Junior - Contador - CRC/BA nº 018957/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Blue Health Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Blue Health Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Blue Health Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Blue Health Participações S.A. e da Blue Health Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora
CRC 1BA040103/O-0

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

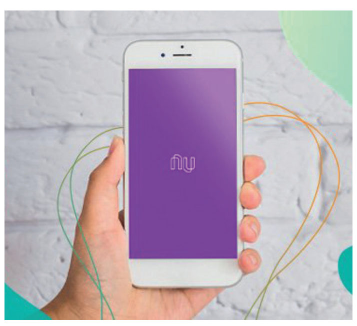
CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 43.300.002.756 – Sociedade de Capital Aberto

Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação

Pelo presente são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 20/06/2024, às 15h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: i.** Aprovação da outorga de garantia, pela DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("DM CFI" ou "Companhia"), de aplicação financeira da Companhia, no valor de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, na operação da DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"), que consistirá na emissão de Cédula de Crédito Bancário, entre DM IP, em caráter de creditada e fiduciante, e Banco Industrial do Brasil ("BIB"), em caráter de credor, com a remuneração prevista de CDI + 0,52% a/m e prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua efetiva emissão; **ii.** Inclusão do CNAE secundário 74.90-1-04 no CNPJ da Companhia, referente às atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. **iii.** Alteração do Art. 3º do Estatuto Social; **iv.** Consolidação do Estatuto Social e, **v.** Autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à alteração do Objeto Social da Companhia. **Informações Gerais:** (i) Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@vocedm.com.br; (ii) A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (iii) Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: (i) pessoalmente; ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 29.05.2024. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor de Relações com Investidores. (29/05, 12 e 13/06/2024)

(Esta publicação substitui e cancela as anteriormente publicadas nos dias 16 e 28/05/2024)

Nubank fecha pregão com valor superior ao do Itaú pela primeira vez em dois anos



O Nubank fechou o pregão da terça-feira, 28, como a instituição financeira brasileira mais valiosa pela primeira vez desde 21 de fevereiro de 2022. Desde então, a fintech havia encerrado as sessões das Bolsas com valor inferior ao do Itaú Unibanco, que é o maior banco da América Latina, embora durante os pregões, tenha ultrapassado o conglomerado de forma pontual ao longo da última semana.O Nubank é avaliado em US$ 58 bilhões, o equivalente a R$ 299,2 bilhões pelo câmbio desta terça. O Itaú vale R$ 288,6 bilhões, sendo o banco mais valioso entre os que são listados na B3. O Nu tem listagem somente na Bolsa de Nova York.

No primeiro trimestre, o Nubank teve lucro líquido de US$ 378,8 milhões, equivalente a R$ 1,952 bilhão, e um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 23%. O Itaú teve resultado de R$ 9,771 bilhões no mesmo período, com ROE de 21,9%. Os números, porém, não são diretamente comparáveis: o Itaú tem licenças bancárias, o que gera maiores exigências de capital, além de atuar em um espectro mais amplo de atividades do que o Nubank.

As tendências distintas dos dois ativos explicam o "encontro" e a ultrapassagem do Nubank após dois anos e três meses. Neste ano, a ação do Itaú cai 3,2%, em linha com o movimento do Ibovespa. Os grandes bancos são portas de entrada e também de saída de investidores na Bolsa brasileira. IstoéDinheiro

Blue Health Participações S.A.

CNPJ nº 27.547.607/0001-42

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Circulante		**88.965**	**207**	**163.969**	**30.018**
Caixa e equivalentes de caixa	6	88.937	-	91.052	704
Contas a receber de clientes	7	-	-	16.457	14.811
Estoques	8	-	-	31.420	7.400
Tributos a recuperar	9	-	-	3.152	1.391
Adiantamento a fornecedores	10	-	-	21.456	5.503
Outros ativos		28	207	432	209
Não circulante		**114.449**	**24.060**	**61.982**	**2.954**
Contas a receber de clientes		-	-	332	-
Partes Relacionadas	11	15.241	23.822	17.179	619
Tributos Diferidos		-	-	1.766	-
Investimentos	12	99.208	94	6.143	-
Imobilizado	13	-	144	34.927	2.335
Intangível		-	-	444	-
Direito de Uso de Arrendamento	18	-	-	1.191	-
Total do ativo		**203.414**	**24.267**	**225.951**	**32.972**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Circulante		**195**	**22.661**	**25.934**	**31.366**
Fornecedores	12	99	-	12.541	3.399
Salários e encargos sociais	13	13	-	2.907	342
Tributos a pagar	14	83	-	4.470	2.413
Parcelamento Impostos		-	-	501	-
Adiantamento de cliente		-	-	2.897	145
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.163	2.407
Passivo de arrendamento		-	-	326	-
Outras contas a pagar		-	22	129	21
Lucros a distribuir	20	-	22.639	-	22.639
Não circulante		**8.051**	**-**	**4.849**	**-**
Partes relacionadas	11	8.051	-	532	-
Parcelamento Impostos		-	-	1.950	-
Empréstimos e Financiamentos	17	-	-	1.315	-
Passivo de arrendamento		-	-	897	-
Provisão para contingências	19	-	-	155	-
Total do passivo		**8.247**	**22.661**	**30.783**	**31.366**
Patrimônio líquido (capital e reservas atribuídos aos acionistas da **Controladora**)					
Capital social	20	287.206	12	287.206	12
Capital a Integralizar	20	(100.000)	-	(100.000)	-
Reserva de Capital		6.170	-	6.170	-
Reserva Legal		1.856	1.594	1.856	1.594
Ajuste Acumulado de Conversão		(64)	-	(64)	-
Total do patrimônio líquido		**195.168**	**1.606**	**195.168**	**1.606**
Total do passivo e patrimônio líquido		**203.414**	**24.267**	**225.951**	**32.972**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Receita liquida	21	-	-	108.822	76.506
Custo das mercadorias vendidas	22	-	-	(44.328)	(35.488)
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(7.650)	(758)
Lucro bruto		**-**	**-**	**56.844**	**40.260**
Despesas gerais e administrativas	22	(1.210)	(43)	(39.557)	(4.096)
Despesas com Vendas	22	-	-	(2.899)	(269)
Resultado de Equivalência patrimonial	12	4.965	31.925	(242)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20		-	(482)	(117)
Lucro operac. antes do resultado financeiro		**3.775**	**31.882**	**13.664**	**35.778**
Receitas financeiras	23	1.801	-	2.847	93
Despesas financeiras	23	(5)	(2)	(2.910)	(336)
Resultado financeiro, líquido		**1.796**	**(2)**	**(63)**	**(243)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**5.571**	**31.880**	**13.601**	**35.535**
IRPJ e CSLL correntes	24	(319)	-	(8.349)	(3.655)
Lucro líquido do período		**5.252**	**31.880**	**5.252**	**31.880**
Resultado por ação (em reais)		**2,21**	**2.656,69**		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	5.252	31.880	5.252	31.880
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(64)	-	(64)	-
Total do result. abrangente do exercício	**5.188**	**31.880**	**5.188**	**31.880**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	5.571	31.880	13.601	35.535
Ajustado por:				
Depreciação e amortização (Nota 13)	9	32	2.463	98
Perda (ganho) na alienação de ativo imobilizado	136	-	1.509	-
Provisão para perda de estoque (Nota 8)	-	-	2.075	(1.387)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	-	-	1.302	224
Resultado de equivalência Patrimonial	(4.965)	(31.925)	242	-
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, arrendamento mercantil, contas a pagar na aquisição de investimentos e contingências	-	-	1.506	117
Redução (aumento) nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes	-	-	7.973	6.232
Estoques	-	-	(15.598)	1.369
Tributos a recuperar	-	-	(1.176)	20
Tributos diferidos	-	-	(1.766)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	(9.958)	(3.343)
Outros ativos	178	(28)	(159)	72
Aumento (redução) nas contas de passivo				
Fornecedores	78	-	(5.392)	(574)
Salários e encargos sociais	15	-	1.711	271
Tributos a pagar	(236)	-	(256)	(360)
Adiantamento de cliente	-	-	2.210	(1.172)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**786**	**(41)**	**287**	**37.102**
Juros pagos	-	-	(1.561)	(117)
IRPJ e CSLL pagos	-	-	(9.103)	(3.655)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**786**	**(41)**	**(10.377)**	**33.330**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(177)	(16.578)	(1.089)
Constituição de empréstimo com partes relacion.	(14.624)	(1.002)	(14.928)	(1.002)
Ágio na aquisição de controlada	-	-	(4.845)	-
Aumento de capital em controladas	(92.476)	-	-	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(7.050)	-	(520)	-
Recebimento de dividendos	28.516	27.222	-	-
Aquisições de intangível	-	-	(219)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**(85.634)**	**26.043**	**(37.090)**	**(2.091)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	18.709	18.591
Amortização de passivo de arrendamento (Nota 18)	-	-	(162)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(27.324)	(23.547)
Amortização de Mútuo com partes relacionadas	-	-	(311)	-
Reserva de capital	6.170	-	6.170	-
Aumento de Capital (Nota 20)	187.194	-	187.195	-
Pagamento de dividendos (Nota 20)	(27.630)	(26.002)	(46.462)	(26.002)
Conta corrente entre partes relacionadas	8.051	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**173.785**	**(26.002)**	**137.815**	**(30.958)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**88.937**	**-**	**90.348**	**281**
Caixa e equivalente de caixas no início do exercício (Nota 6)	**-**	**-**	704	423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	88.937	-	91.052	704

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	**Capital social**	**Capital a integralizar**	**Reserva de Capital**	**Reserva Legal**	**Lucros (prejuízos acumulados)**	**Ajuste de avaliação Patrimonial**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2021 ajustado		12	-	-	-	-	-	12
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.880	-	31.880
Reserva Legal	20	-	-	-	1.594	(1.594)		-
Lucro distribuído	20	-	-	-	-	(30.286)	-	(30.286)
Em 31 de dezembro de 2021		**12**	**-**	**-**	**1.594**	**-**	**-**	**1.606**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.252	-	5.252
Reserva de Capital	20	-	-	6.170	-	-	-	6.170
Reserva Legal	20	-	-	-	262	(262)	-	-
Aumento de capital	20	287.194	-	-	-	-	-	287.194
A Integralizar	20	-	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Destinação dos Lucros	20	-	-	-	-	(4.990)	-	(4.990)
Ajustes de conversão do Período		-	-	-	-	-	(64)	(64)
Em 31 de dezembro de 2022		**287.206**	**(100.000)**	**6.170**	**1.856**	**-**	**(64)**	**195.168**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: 1.1 Informações gerais: A Blue Health Participações S.A. ("Companhia" ou "BHP"), com sede na cidade de São Paulo, iniciou suas operações em 2017 sob a denominação social SS Holding S.A, atuando como empresa de investimentos em projetos em alguns setores. Atualmente, a BHP é uma holding que concentra investimentos nos setores de equipamentos e consumíveis médicos, nos segmentos de: diagnóstico de imagem, suporte à vida, IVD (diagnóstico in vitro) e prestação de serviços especializados para operadores de saúde, hospitais, clínicas, centro de diagnósticos entre outros. Nossa missão é proporcionar a nossos clientes uma solução completa (one-stop-shop) em termos de equipamentos e consumíveis médicos, através da (i) locação, (ii) prestação de serviços de manutenção e (iii) venda de equipamentos médicos, através de tecnologia de ponta, parcerias globais estratégicas e profissionais altamente qualificados, democratizando o acesso à saúde na América Latina. A BHP foi moldada para ser a ferramenta de consolidação de investimentos e formação do Grupo Blue Health ("Grupo") através das participações integrais nas empresas Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. ("US"), Brazil 3 Business Participações Ltda. ("B3B") e Cryo Service Ltda. ("Cryo"). Adicionalmente aos investimentos supracitados, a BHP atua na América Latina através de sua subsidiária Blue Health Latam, sediada nas Bahamas e com atuação no segmento de IVD (diagnostico in vitro), na qual possui participação de 17,47% (em 31 de dezembro de 2022). Em junho de 2022, as participações societárias detidas pelos sócios fundadores das empresas US e Cryo foram integralmente transferidas para a BHP, conforme apresentado no item b da nota 2.3.1. Ainda no ano de 2022, houve a entrada de fundos de investimento geridos por três investidores na composição societária da BHP: (i) Kinea Private Equity Investimentos S.A. ("Kinea"), (ii) Lazuli Partners Asset Management Ltda. ("Lazuli") e (iii) EB Capital Gestão de Recursos Ltda. ("EB Capital"). A entrada destes investidores possui dois grandes objetivos: (a) profissionalizar a governança corporativa do Grupo, elevando aos padrões de gestão e compliance de Companhias listadas em bolsa; e (b) acelerar o crescimento do Grupo Blue Health, focando na ampliação do portfólio de equipamentos médicos e seus consumíveis e prestação de serviços oferecidos aos clientes. **1.2 Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas não afetaram a BHP. A Administração da Companhia e do Grupo está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **1.3 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A Administração da Companhia e do Grupo está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado das mudanças climáticas. Em paralelo a sociedade concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real e a BHP Latam utiliza o Dolar. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. a) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. **2.3 Políticas contábeis: 2.3.1. Consolidação**: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 12. a) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Combinação de Negócios: Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. Quando o controle é transferido para a Companhia, estes ativos e passivos são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. : Em 02 de junho de 2022, a Companhia celebrou transferência de 100% das quotas do capital social da Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda. ("US"). A Empresa opera com vendas, locação e manutenção de equipamentos médicos. Cryo Service Ltda. : Em 02 de Junho de 2022, a Companhia celebrou transferência de 100% das quotas do capital social da Cryo Service Ltda. ("Cryo"). A Empresa opera com vendas e assistência técnica de equipamentos médicos. A tabela a seguir resume a contraprestação paga aos vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das referidas aquisições:

	US 31/05/2022	**Cryo 31/05/2022**
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	48	1.476
Contas a receber de clientes	3.682	7.797
Estoques	4.762	5.735
Tributos a recuperar	43	543
Adiantamento a fornecedores	1.452	4.544
Outros ativos	25	39
	10.011	**20.133**
Não circulante		
Investimentos	4	-
Imobilizado	16.569	3.238
Intangível	23	221
Direito de Uso de Arrendamento	1.365	-
	17.961	**3.459**
Total do ativo	**27.972**	**23.593**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.236	2.501
Salários e encargos sociais	242	613
Tributos a pagar	2.477	921
Parcelamento Impostos	449	-
Adiantamento de cliente	44	498
Empréstimos e Financiamentos	8.007	-
Passivo de arrendamento	326	-
Outras contas a pagar	-	9.537
Lucros a distribuir	8.650	9.023
	22.431	**23.093**
Não circulante		
Partes relacionadas	750	-
Parcelamento Impostos	1.983	-
Empréstimos e Financiamentos	1.645	-
Passivo de arrendamento	1.058	-
	5.437	**-**
Total do passivo	**27.868**	**23.093**
Total de ativos líquidos identificáveis	**105**	**500**
Na data aquisição/transferência		
Caixa	-	-
Instrumentos patrimoniais emitidos (103 mil ações ordinárias)	-	500
Instrumentos patrimoniais emitidos (169 mil ações ordinárias)	105	-
Contraprestação contingente		
Total da contraprestação transferida	**105**	**500**
Ativo de indenização		
Valor justo da participação acionária	-	-
Total da contraprestação	**105**	**500**

2.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3; • Imobilizado - Nota 2.3.5. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não houve ajustes nas datas bases de 2021 e 2022. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto, quando existentes, representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto, quando existentes, são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. **2.3.4. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.3.5. Estoques**: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.3.6. Imobilizado**: Máquinas e Equipamentos compreendem principalmente os equipamentos utilizados pela Companhia como objeto de locação em seus contratos com clientes. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

continua

continuação

Blue Health Participações S.A.

	Anos
Máquinas e Equipamentos	10
Moveis e Utensílios	10
Equip. Processamento Dados	5
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas não operacionais"" na demonstração do resultado. **2.3.7. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.3.8. Provisões**: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como como despesa financeira. **2.3.9. IRPJ e CSLL correntes**: IRPJ e CSLL – correntes: As despesas fiscais do exercício compreendem o IRPJ e a CSLL corrente. O IRPJ é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do IRPJ e da CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.10. Capital social**: As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.3.11. Reconhecimento da receita**: A receita é reconhecida quando, ou à medida que o controle sobre bens ou serviços distintos é transferido para o cliente. Isso requer, entre outros, que exista um contrato com direitos e obrigações exigíveis, que o cliente esteja comprometido com suas obrigações contratuais e que a cobrança da contraprestação seja provável, levando em consideração a qualidade de crédito do cliente. Receita é o preço de transação ao qual a entidade espera ter direito. A contraprestação é ajustada pelo valor do dinheiro no tempo se o período entre a transferência de bens ou serviços e o recebimento do pagamento for superior a doze meses e houver um benefício financeiro significativo para o cliente ou para a entidade. Se um contrato contiver mais de um bem ou serviço distinto, o preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos. Se os preços de venda individuais não forem diretamente observáveis, a Companhia os estimará razoavelmente, principalmente usando valores de referência históricos. A receita é reconhecida para cada obrigação de desempenho em um momento ou ao longo do tempo. a) Venda de equipamentos: A receita é reconhecida quando o controle das mercadorias (especialmente equipamentos, reagentes e consumíveis) passa para o cliente, geralmente na entrega das mercadorias. Os prazos de pagamento normalmente não excedem 90 dias após a aceitação do cliente. b) Receita de serviços: A receita é reconhecida ao longo do tempo de forma linear ou, se o padrão de desempenho não for linear, conforme os serviços são prestados. Os pagamentos dos clientes são normalmente recebidos mensalmente. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). d) Receita de arrendamentos: A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. **2.3.12. Ativos financeiros**: a) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. b) Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. c) Mensuração: No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Valor justo por meio do resultado -** os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. d) Impairment: O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.3.13. Novas normas que entraram em vigor no execício de 2022**: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: • Alteração ao IAS 16/ CPC 27 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: o (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. o (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. o (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. o (iv) IAS 41/CPC 49 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.3.1. Estimativas e premissas**: As demonstrações financeiras individuais e consolidas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. a) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **3.3.2. Julgamentos**: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. a) Risco de taxa de câmbio: A Companhia importa produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposto no final do exercício. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 7). c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
2022	**Menos de um 1**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de um 1**	**Entre 1 e 2 anos**
Fornecedores	99	-	12.541	-
Salários e encargos sociais	13	-	2.907	-
Tributos a pagar	83	-	4.470	-
Parcelamento Impostos	-	-	501	1.950
Adiantamento de cliente	-	-	2.897	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	2.163	1.315
Passivo de arrendamento	-	-	326	897
Outras contas a pagar	-	-	129	-
Contingências	-	-	-	155
	195	**-**	**25.934**	**4.317**
2021 (Não auditado)	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**
Fornecedores	-	-	3.399	-
Salários e encargos sociais	-	-	342	-
Tributos a pagar	-	-	2.413	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-
Adiantamento de cliente	-	-	145	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	2.407	-
Outras contas a pagar	22	-	21	-
Lucros a distribuir	22.639	-	22.639	-
	22.661	**-**	**31.366**	**-**

5. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Ativo ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	88.937	-	91.052	704
Contas a receber de clientes	-	-	16.457	-
	88.937	**-**	**107.509**	**704**
Ativo ao valor justo por meio do resultado				
Contas a receber de clientes	-	-	-	14.811
	-	**-**	**-**	**14.811**
	88.937	**-**	**107.509**	**15.515**
Passivos financeiros	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Passivo ao custo amortizado				
Fornecedores	99	-	12.541	3.399
Tributos a pagar	83	-	4.470	2.413
Parcelamento Impostos	-	-	2.451	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	3.478	2.407
Passivo de arrendamento	-	-	1.223	-
Partes relacionadas	8.051	-	532	-
Lucros a distribuir	-	-	-	22.639
	8.233	**-**	**24.695**	**30.858**

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Recursos em banco e em caixa	7.557	-	8.538	9
Aplicações financeiras de curto prazo	81.380	-	82.514	695
	88.937	**-**	**91.052**	**704**

Todas as aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão alocadas em operações Compromissadas e CDBs de liquidez diária com taxa média de 102% a.a. do CDI.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
Contas a receber de clientes	21.378	15.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.328)	(376)
(-) AVP Contas a Receber	(593)	-
	16.457	**14.811**

O prazo médio de recebimento das controladas é de 30 dias. A análise de vencimentos do contas a receber em atraso está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
A vencer	12.800	14.066
Até 30 dias	1.390	326
De 31 a 60 Dias	1.346	280
De 61 a 90 Dias	745	60
De 91 a 180 Dias	1.635	199
Acima 180 dias	3.463	256
	21.378	**15.187**

Devido ao histórico baixo de perdas de créditos, a administração decidiu por tomar o seguinte critério de reconhecimento de PECLD:

A vencer	0,10%
Até 30 dias	0,50%
De 31 a 60 dias	1,00%
De 61 a 90 dias	2,00%
De 91 a 180 dias	50,00%
Acima de 180 dias	100,00%

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	Consolidado						
	A vencer	**Atrasado até 30 dias**	**De 31 a 60 dias de atraso**	**De 61 a 90 dias de atraso**	**De 91 a 180 dias de atraso**	**Acima 180 dias de atraso**	**Total**
31 de dezembro de 2022							
Taxa de perdas esperadas - %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	12.800	1.390	1.346	745	1.635	3.463	21.378
Provisão para perdas	13	8	14	14	819	3.463	4.328
31 de dezembro de 2021 (Não auditado)							
Taxa de perdas esperadas - %	0,10%	0,50%	1,00%	2,00%	50,00%	100,00%	
Valor contábil bruto	14.066	326	280	60	199	256	15.187
Provisão para perdas	14	2	3	1	101	256	376

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
Em 1º de janeiro	376	-
Aquisição de controlada	2.650	-
Provisão constituída durante período contábil	1.302	376
Em 31 de dezembro	**4.328**	**376**

8. Estoques:

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
Estoques de equipamento para revenda	31.420	7.400
	31.420	**7.400**

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R$ 44.328 mil em 2022 (2021 - R$ 35.488 mil).

9. Tributos a recuperar:

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
ICMS a Recuperar	554	129
IRRF a Recuperar	20	1
CSLL a Recuperar	59	-
Cofins a Recuperar	1.473	880
Pis a Recuperar	320	191
IPI a Recuperar	267	-
IRPJ a Recuperar	2	-
Outros a Recuperar	457	190
	3.152	**1.391**

10. Adiantamentos a fornecedores: Os valores se referem a adiantamentos de fornecedores de equipamentos de diagnósticos por imagem. Tais adiantamentos serão liquidados no decorrer do exercício seguinte.

	Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)
Adiantamento a fornecedores	21.280	5.503
Adiantamentos de Importações	175	-
	21.456	**5.503**

11. Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Partes relacionadas				
Adiantamento de Dividendos	9.761	619	17.179	619
Brazil 3 Business Participações Ltda	5.480	23.203	-	-
	15.241	**23.822**	**17.179**	**619**

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Partes relacionadas Passivo				
Brazil 3 Business Participações Ltda	8.051	-	-	-
	8.051	**-**	**-**	**-**

	Controladora		Consolidado	
Partes relacionadas	**2022**	**2021** (Não auditado)	**2022**	**2021** (Não auditado)
Resultado Juros Passivo				
Gabriel M C Junqueira de Andrade	-	-	532	-
	-	**-**	**532**	**-**

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os diretores executivos. A remuneração paga pelos serviços desses profissionais, considerada benefícios de curto prazo, está demonstrada a seguir:

	2022	**2021** (Não auditado)
Diretoria executiva (a)	231	47
	231	**47**

(a) Em 2022, a Companhia passou por reestruturação societária, acarretando na formação de nova composição de diretoria. **12. Investimentos: a) Movimento dos investimentos:**

	Controladora	
	2022	**2021** (Não auditado)
Em 1 de janeiro	94	18.246
Aquisição de controlada (Nota 12 b)	2.203	-
Ágio na aquisição de coligada	4.846	-
Participação nos lucros de controladas	6.188	31.925
Aumento de Capital	92.477	-
Variação Cambial	(64)	-
Dividendos recebidos de controladas	(6.536)	(50.077)
Em 31 de dezembro	**99.208**	**94**

b) Participação societária nos investimentos:

				Percentual	
Nome	**País**	**Negócio**	**Relacionamentos**	**Participação direta nas ações ordinárias**	**Participação nas ações preferenciais**
B3B	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
Cryo Service	Brasil	Venda e Manutenção de equipamentos médicos	Controlada	100	100
US & Cia	Brasil	Venda, Manutenção e Locação de Equipamentos Médicos	Controlada	100	100
BHP Latam	Bahamas	Venda de equipamentos médicos	Coligada (a)	17	17

(a) Em 29 de novembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os sócios representantes, para a aquisição de 17,47% do capital social da Blue Health LATAM Ltd. ("Latam"). A empresa opera com vendas e assistência técnica de equipamentos médicos. Em decorrência da aquisição a Companhia se comprometeu a pagar o

continuação

continuação

Blue Health Participações S.A.

valor de R$ 6.445. O ágio desta aquisição totalizou R$ 4.846. **C) Resumo das informações financeiras: (i) Balanço patrimonial sintético:**

	Controladas B3B 2022	B3B 2021 (Não auditado)	Cryo 2022	US & Cia 2022	Coligada BHP Latam 2022
Circulante					
Ativo	41.323	29.811	16.316	26.999	8.364
Passivo	(8.513)	(31.908)	(7.554)	(20.773)	(1.000)
Ativo circulante líquido	32.810	(2.097)	8.763	6.227	7.364
Não circulante					
Ativo	15.145	2.191	10.902	34.523	33
Passivo	(6.130)	-	(164)	(8.899)	-
Ativo não circulante líquido	9.015	2.191	10.737	25.624	33
Patrimônio líquido	**(41.825)**	**(94)**	**(19.500)**	**(31.851)**	**(7.398)**

(ii) Demonstração do resultado sintética:

	Controladas B3B 2022	B3B 2021 (Não auditado)	Cryo (a) 2022	US & Cia (a) 2022	Coligada BHP Latam 2022
Receitas	73.385	76.506	23.928	16.035	88
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	5.038	35.580	4.736	3.623	(1.518)
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.708)	(3.655)	(2.518)	(1.857)	131
Lucro (prejuízo) líquido	1.330	31.925	2.218	1.766	(1.387)
Lucro líquido	1.330	31.925	2.218	1.766	(1.387)

(a) informações referentes a junho/2022 a dezembro/22.

(iii) Demonstração do resultado abrangente sintética:

	Controladas B3B 2022	B3B 2021 (Não auditado)	Cryo 2022	US & Cia 2022	Coligada BHP Latam 2022
Lucro líquido	1.330	31.925	2.218	1.766	(1.387)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(366)
Total do resultado abrangente	1.330	31.925	2.218	1.766	(1.753)

(iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos:

	Controladas B3B 2022	B3B 2021 (Não auditado)	Cryo 2022	US & Cia 2022	Coligada BHP Latam 2022
Patrimônio líquido em 1 de janeiro	94	18.246	500	105	28
Distrib. de dividendos aos acionistas	(1.330)	(50.077)	(3.441)	(1.766)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.224	31.925	3.441	1.766	(1.387)
Aumento de Capital	41.731	-	19.000	31.746	9.123
Variação cambial	-	-	-	-	(366)
Patrimônio líq. em 31 de dezembro	41.719	94	19.500	31.851	7.398
Percentual de participação societária - %	100	100	100	100	17
Ágio na aquisição de coligada (a)	-	-	-	-	4.846
Participação nos investimentos	41.719	94	19.500	31.851	6.318

(a) Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R$ 4.846

13. Imobilizado:

	Controladora Veículos	Total
Em 1 de janeiro de 2021		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	176	176
Depreciação	(32)	(32)
Saldo contábil, líquido	**144**	**144**
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)		
Custo	176	176
Depreciação acumulada	(32)	(32)
Saldo contábil, líquido	**144**	**144**
Saldo inicial	144	144
Depreciação	(8)	(8)
Alienação Custo	(176)	(176)
Alienação Depreciação	40	40
Saldo contábil, líquido	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	-	-
Depreciação acumulada	-	-
Saldo contábil, líquido	**-**	**-**

Consolidado	Maq. e Equip.	Moveis e Utensilios	Benf. em Imóveis de Terc.	Instalações	Equip. Processamento Dados	Veiculos	Ferramentas e Acessorios	Ativo Imob. em And.	Total
Em 1 de janeiro de 2021									
Saldo inicial	1.259	1	-	-	13	72	-	-	1.345
Aquisições	748	18	-	43	90	176	13	-	1.088
Depreciação	(37)	-	-	-	(12)	(48)	(1)	-	(98)
Saldo contábil, líquido	**1.970**	**19**	**-**	**43**	**92**	**200**	**12**	**-**	**2.335**
Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)									
Custo	2.007	19	-	43	103	248	13	-	2.433
Depreciação acumulada	(37)	-	-	-	(12)	(48)	(1)	-	(98)
Saldo contábil, líquido	**1.970**	**19**	**-**	**43**	**92**	**200**	**12**	**-**	**2.335**
Saldo inicial	1.970	19	-	43	92	200	12	-	2.335
Aquisição Custo controladas maio/22	22.710	414	162	265	419	1.678	-	341	25.989
Aquisição depreciação controladas maio/22	(4.957)	(329)	(10)	(51)	(174)	(653)	-	-	(6.174)
Transferências	-	43	-	(43)	-	-	-	-	-
Aquisições	14.856	255	1	2	226	105	8	1.104	16.557
Depreciação	(1.829)	(38)	(4)	(16)	(80)	(302)	(3)	-	(2.271)
Alienação Custo	(1.568)	-	-	-	-	(281)	-	-	(1.849)
Alienação Depreciação	215	-	-	-	-	125	-	-	340
Saldo contábil, líquido	**31.397**	**364**	**149**	**201**	**482**	**872**	**17**	**1.445**	**34.927**
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	38.006	731	163	267	748	1.750	21	1.445	43.130
Depreciação acumulada	(6.608)	(367)	(13)	(66)	(266)	(878)	(4)	-	(8.203)
Saldo contábil, líquido	**31.397**	**364**	**149**	**201**	**482**	**872**	**17**	**1.445**	**34.927**

14. Fornecedores:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
Fornecedores Nacionais	99	-	11.957	3.153
Fornecedores Estrangeiros	-	-	584	246
	99	**-**	**12.541**	**3.399**

15. Salários e encargos sociais:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
Provisão para férias	-	-	1.305	170
INSS a recolher	8	-	485	71
FGTS a recolher	-	-	159	37
Bônus	-	-	819	-
IRRF a recolher	-	-	124	63
Outros	5	-	15	1
	13	**-**	**2.907**	**342**

16. Tributos a pagar e parcelamento de impostos:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
ICMS	-	-	958	979
IRPJ	20	-	1.933	635
COFINS	-	-	558	325
CSLL	48	-	625	321
PIS	-	-	163	65
ISS	-	-	80	79
IPI	-	-	1	-
INSS	-	-	5	-
CSRF	11	-	19	-
IRRF	4	-	101	-
Parcelamento - Simples Nacional	-	-	704	-
Parcelamento - PERT	-	-	1.598	-
Parcelamento - ICMS	-	-	149	-
Outros	-	-	27	9
	83	**-**	**6.921**	**2.413**
Circulante	83	-	4.971	2.413
Não Circulante	-	-	1.950	-

17. Empréstimos e financiamentos:

	Consolidado 2022	2021 (Não auditado)
Circulante		
Empréstimos garantidos (conta-garantida)	14	-
Empréstimos bancários	2.026	2.407
Antecipação de Recebíveis	57	-
Consórcios	66	-
	2.163	**2.407**
Não circulante		
Empréstimos bancários	1.139	-
Consórcios	176	-
	1.315	**-**
Total dos empréstimos	**3.478**	**2.407**

	Consolidado 2022	2021 (Não auditado)
Em 1º de janeiro de	2.407	7.363
Adições	28.361	18.591
Juros Provisionados	1.128	117
Amortizações	(27.324)	(23.547)
Juros Pagos	(1.095)	(177)
Em 31 de dezembro	**3.478**	**2.407**

Os empréstimos são compostos por antecipação de recebíveis, contas garantidas, empréstimos e financiamento de equipamentos. (a) ao longo do ano de 2022 foi antecipado o valor de R$ 14.922 (ante R$ 18.591 em 2021) gerando um custo financeiro no valor de R$ 336 (ante 2021 com R$ 117). O prazo médio de antecipação em 2022 foi de 29 dias (sendo 2021, 33 dias). As antecipações são garantidas pelas duplicatas de clientes de baixo risco aprovados pelo banco. (b) Os empréstimos bancários da US têm vencimento até 2024 e cupons médios de 31,71% ao ano. O total de empréstimos inclui empréstimos bancários e financiamentos de equipamentos de R$ 3.258. Os financiamentos são compostos por equipamentos adquiridos para locação (Tomografias e Ressonâncias magnéticas). Os contratos de empréstimos referem-se a empréstimos intermediados por bancos comerciais com taxas pré-fixadas de juros que variam de 7,44% a 21,59% e pós fixadas de 17,11% a 21,59% + CDI, onde o sócio é o avalista garantidor. Os financiamentos são garantidos pelos próprios equipamentos financiados. A US possui contrato que apresenta cláusulas restritivas (covenants) não financeiras e cumpriu com esses covenants durante o exercício 2022. (c) O empréstimo da Cryo é composto por um financiamento de veículo no valor de R$220. Onde o cupom é de 18,88% a.a, com vencimento até 2026, onde a garantia é o próprio bem financiado.

18. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

	Consolidado 2022	2021 (Não auditado)
Ativos de direito de uso		
Edificações	1.191	-
Passivos de arrendamentos		
Circulante	326	-
Não circulante	897	-
	1.223	**-**

Ativos de direito de uso - Consolidado: A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2022	2021 (Não auditado)
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Adição na aquisição de controlada (a)	1.384	-
Despesa de depreciação	(193)	-
Saldo em 31 de dezembro	**1.191**	**-**

(a) Refere-se a arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo BHP pela Companhia, ocorrido em junho de 2022. **Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2022	2021 (Não auditado)
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Juros provisionados	34	-
Juros pagos	(33)	-
Adição na aquisição de controlada (a)	1.384	-
Pagamentos	(162)	-
Saldo em 31 de dezembro	**1.223**	**-**

(a) Refere-se a arrendamentos advindos da aquisição das Empresas do Grupo BHP pela Companhia, ocorrido em junho de 2022. **19. Provisão para contingências:** O Grupo BHP é parte envolvida em processos cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". O saldo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R$ 155. Na opinião da administração, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2022. Os administradores da Companhia, amparado por seus assessores legais externos, não apontam contingências possíveis em 2022. **20. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 2022 é de R$ 287.205 mil (duzentos oitenta sete milhões duzentos cinco mil setecentos noventa dois reais sessenta cinco centavos) totalmente subscrito, parcialmente integralizado e dividido em 2.382 mil (duas milhões trezentas oitenta duas mil quatrocentos quatorze) ações nominativas e sem valor nominal das quais 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são ordinárias e 1.191 mil (um milhão cento noventa um mil duzentas sete) são preferenciais.

Acionistas	Qtd. De Ações Ordinárias	Qtd. De Ações Preferenciais	Qtd. de Ações Totais	Capital Social Total (%)
Blue Health Holding S.A.	229.848	-	229.848	9,64769
Antenor Liberal Batista Neto	98.092	131.133	229.225	9,62154
Luiz Carlos Dos Santos Batista Junior	122.634	163.926	286.560	12,02814
Caio Barretto Batista	147.151	196.706	343.857	14,43313
Paulo Victor Barreto Costa	5.088	7.617	12.705	0,53328
Signa Participações Ltda.	4.229	7.447	11.676	0,49009
Wilson Gonçalves Santana	80.351	141.490	221.841	9,31161
Gabriel Mendes Caldeira Junqueira De Andrade	40.683	77.459	118.142	4,95892
José Ademar Dos Santos	3.311	4.460	7.771	0,32618
Antonio Carlos De Toledo Roberto	3.311	4.460	7.771	0,32618
Kinea Private Equity	206.986	206.986	413.972	17,37616
Safira Participações S.A.	49.742	49.742	99.484	4,17576
Índigo Participações S.A.	60.064	60.064	120.128	5,04228
Aquamarine Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia	139.717	139.717	279.434	11,72903
Total	**1.191.207**	**1.191.207**	**2.382.414**	**100,00000**

O Capital social da Companhia em 2021 era de R$ 12 mil (doze mil reais), dividido em 12 mil ações de valor nominal de R$ 1,00 (um real).

	31 de dezembro de 2021 (Não auditado)
Antenor Liberal Batista Neto	4
Luiz Carlos dos Santos Batista Junior	4
Caio Barreto Batista	4
Total de ações ordinárias	**12**

b) Dividendos: Conforme deliberação dos sócios, os lucros são distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social, sendo, também, admitida a distribuição não proporcional, após deduzidos os prejuízos acumulados. Mediante deliberação dos sócios, a Administração poderá levantar balanços mensais e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou mensal. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, foram distribuídos, R$ 4.990mil e R$ 30.286 mil, respectivamente, como dividendos aos sócios da Companhia.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	5.253	31.880
Reserva Legal	(263)	(1.594)
Base de cálculo dos dividendos	4.990	30.286
Dividendo proposto a pagar	(4.990)	(30.286)
Total de dividendos	(4.990)	(30.286)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	95%	95%

Os dividendos pagos em 2022 e 2021 foram de R$ 27.630. e R$ 26.002, respectivamente. c) Aumento de Capital: Aumento de Capital realizado na data 03 de junho de 2022 no valor de RS 197.187mil, mediante a emissão de 206 mil novas ações ordinários nominativas e 206 mil novas ações preferenciais nominativas. Onde o preço unitário de emissão de cada nova ação ordinária e preferencial é de R$ 478,60. d) Integralização de Capital: A companhia irá realizar a integralização do capital com aportes futuros ao longo do exercício de 2023. e) Reserva de Capital: A reserva de capital é decorrente do aumento de capital com a entrada dos investidores, Kinea Private Equity Investimentos S.A, Lazuli Partners Asset Management Ltda, EB Capital Gestão de Recursos Ltda, e pela reorganização societária das Empresas US e Cryo. f) Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **21. Receita líquida:** A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
Receita bruta de venda de mercadoria	-	-	92.998	100.125
Receita bruta de serviços	-	-	29.624	4.642
Receita bruta na locação de bens	-	-	14.409	25
Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos	-	-	(28.209)	(28.286)
Receita líquida dos serviços prestados	**-**	**-**	**108.822**	**76.506**

22. Custos e despesas por natureza:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	44.328	35.488
Custo do serviço prestado	-	-	7.650	758
Despesa com pessoal	240	-	17.301	2.609
Serviço de terceiros	760	7	11.414	636
Despesa com manutenção	-	-	2.194	-
Custo de fretes terceirizados	-	-	1.183	436
Despesa com utilidades	-	-	607	220
Despesa com vendas	-	-	1.890	278
Despesa com Locação	-	1	916	1
Insumos	-	-	1.065	192
Depreciação e amortização	9	32	143	98
Materiais e Serv. Limpeza	-	-	49	6
Despesa com taxas	186	-	420	-
Despesa Viagens e Combustíveis	-	-	2.525	358
Despesa PCLD	-	-	1.546	-
Outras despesas	16	3	1.203	(469)
	1.211	**43**	**94.434**	**40.611**
Custo das mercadorias vendidas	-	-	44.328	35.488
Custo do serviço prestado	-	-	7.650	758
Despesas gerais e administrativas	1.211	43	39.557	4.096
Despesa com vendas	-	-	2.899	269
	1.211	**43**	**94.434**	**40.611**

23. Resultado financeiro:

	Controladora 2022	Controladora 2021 (Não auditado)	Consolidado 2022	Consolidado 2021 (Não auditado)
Descontos concedidos			(328)	(50)
Juros Passivos	(4)	-	(1.587)	(117)
Tarifas bancárias	(1)	(2)	(50)	(35)
Multa mora	-	-	(273)	(4)
IOF	-	-	(27)	(3)
Ajuste Valor Presente	-	-	(519)	(74)
Outros	-	-	(92)	(53)
Despesa financeira	**(5)**	**(2)**	**(2.910)**	**(336)**
Descontos obtidos	-	-	481	7
Rendimento de aplicações financeiras	1.801	-	1.828	15
Juros de crédito tributário	-	-	69	58
Juros ativo	-	-	469	13
Receita financeira	**1.801**	**-**	**2.847**	**93**
Resultado financeiro	**1.796**	**(2)**	**(63)**	**(243)**

24. Despesa de IRPJ e CSLL:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado antes dos impostos sobre Lucro	5.571	31.880	13.601	35.535
(-) Lucro antes do IRPJ e CSLL - Empresas no "Lucro Presumido" (i)	333	44	9.671	(24.785)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro - "Empresas no Lucro Real"	**5.904**	**31.924**	**23.272**	**10.750**
Alíquota vigente combinada de 34%	(2.007)	(10.854)	(7.912)	(3.655)
Equivalência patrimonial	1.688	10.854	-	-
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais (ii)	-	-	(437)	-
	(319)	**-**	**(8.349)**	**(3.655)**
Impostos de renda e CSLL - correntes	(319)	-	(8.349)	(3.655)
Impostos de renda e CSLL - diferido	**-**	**-**	-	**-**
Total	**(319)**	**-**	**(8.349)**	**(3.655)**
Alíquota efetiva	**5,7%**	**0,0%**	**61,4%**	**10,3%**

(i) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Em 2021 a Sociedade adotou essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% para as receitas de prestação de serviços e de 8% para as receitas de revenda de mercadorias, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real. (ii) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões; (iii) As empresas que seguem o regime de lucro presumido, US, CRYO, BHP nos anos de 2021 e 2022 e lucro Real para B3B em 2022 e Lucro presumido em 2021. **25. Cobertura de seguros** (não auditado) **:** A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2022 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura (R$)
Estoques	Incêndio/ raio/ explosão/danos elétricos/ Queda de aeronave	133.500.000

26. Eventos subsequentes: Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária: Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento sobre 'coisa julgada' em tributos recolhidos de forma continuada, no sentido da perda de efeitos de decisões individuais transitadas em julgado quando proferido novo julgamento, em sentido diverso, em matérias tributárias. O STF rejeitou, ainda, o pedido de modulação dos efeitos da referida decisão, determinando o recolhimento de valores passados, desde que ainda não prescritos. Em face de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária identificamos que não há impacto imediato para a Companhia. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) : Entre os meses de janeiro a junho de 2023, a Companhia enviou à suas controladas, US e Cryo, conforme aprovado em contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), o montante de R$ 23.421 mil. O contrato determina que o AFAC será irrevogável, irretratável e irreversível e deverá ser capitalizado pela Empresa. Aumento de capital: Em 31 de maio de 2023, por meio do instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social, a companhia decidiu aumentar o capital social da US em R$ 34.499 mil por meio da subscrição de 34.499 novas quotas sociais, cada uma com valor nominal de R$ 1,00 (um real), as quais foram totalmente integralizadas pela Sócia, por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital anteriormente realizados em favor da Empresa. Em 29 de Junho de 2023, por meio do instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social, a companhia decidiu aumentar o capital social da Cryo em R$ 750 mil por meio da subscrição de 750.000 novas quotas sociais, cada uma com valor nominal de R$ 1,00 (um real), as quais foram totalmente integralizadas pela Sócia, por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital anteriormente realizados em favor da Empresa. Integralização de capital: Em 02 de junho de 2023, a Companhia realizou a integralização do capital no valor de R$ 100 mil.

continuação

Publicidade Legal

continuação ☛

Blue Health Participações S.A.

A DIRETORIA

Eric Varga (CEO) | **Diego Cézar Barboza** (CFO) | **José Carlos Mosselman Pereira Junior** - Contador - CRC/BA nº 018957/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Blue Health Participações S.A. Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Blue Health Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Blue Health Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Blue Health Participações S.A. e da Blue Health Participações S.A. e suas controladas em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Não acompanhamos as contagens físicas dos estoques das empresas controladas da Companhia em 01/01/2021, em que o saldo no Consolidado corresponde a R$ 7.383 mil, pois nossa contratação como auditores independentes, ocorreu em data posterior e não foi possível nos satisfazer, por outros procedimentos de auditoria apropriados e suficientes, quanto às quantidades dos estoques em 01/01/2021, cujo valor teve efeito na determinação do custo das mercadorias vendidas e serviços prestados do exercício findo em 31/12/2021, no Consolidado, no valor de R$ 36.246 mil. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes nos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados das cifras comparativas do Consolidado (exercício findo em 31/12/2021), que poderiam afetar a comparabilidade com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31/12/2022. Da mesma forma, nas demonstrações financeiras individuais em 31/12/2021, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes nos saldos dos investimentos em 31/12/2021 e no resultado de equivalência patrimonial do exercício findo nessa data, cujos valores correspondem a R$ 94 mil e um ganho de R$ 31.925 mil, respectivamente, e que poderiam afetar a comparabilidade com as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31/12/2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior**: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2021, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria • apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de agosto de 2023

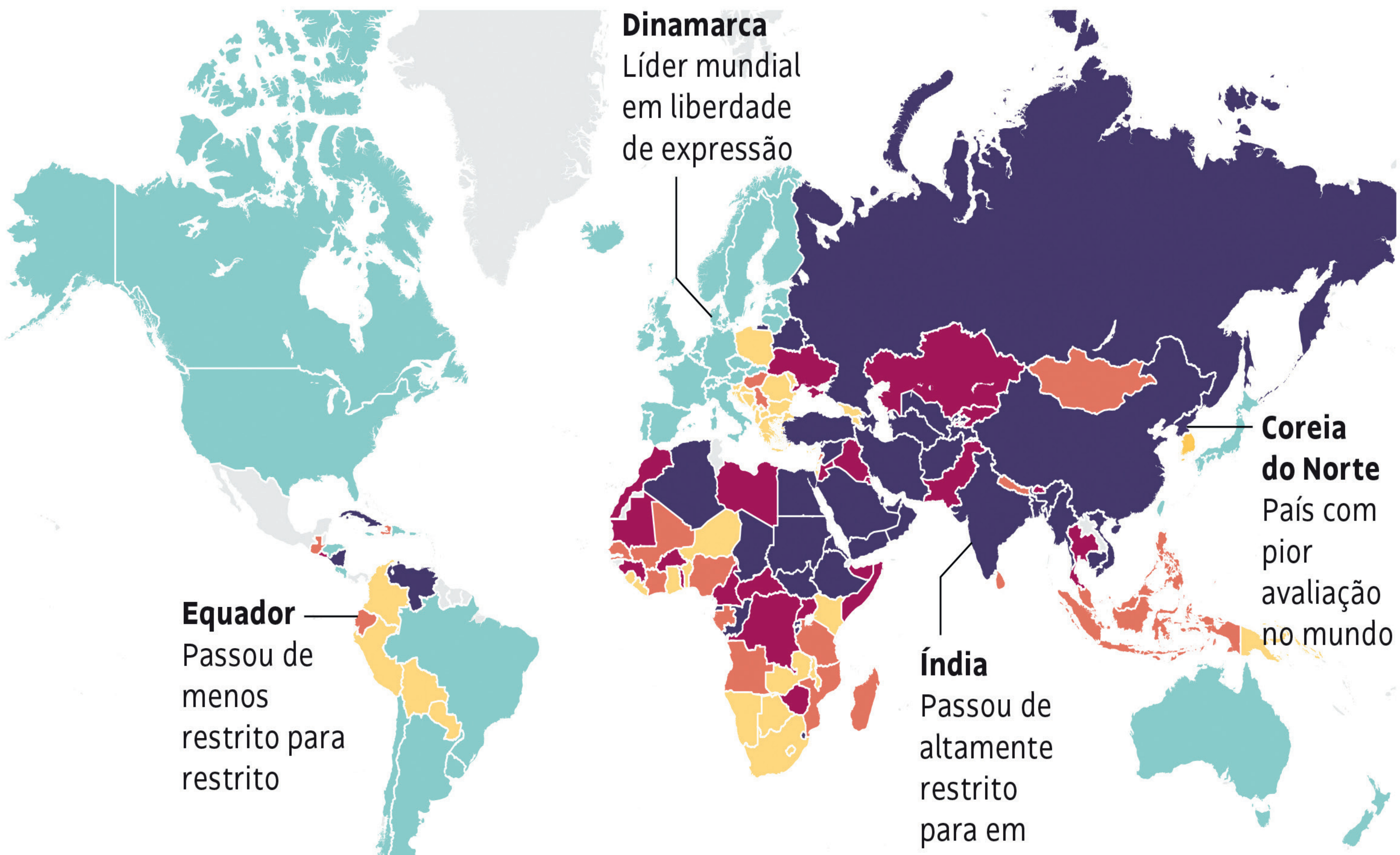
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora
CRC 1BA040103/O-0

53% da população mundial vivem em países com crise na liberdade de expressão

O relatório é feito avaliando indicadores de 6 áreas: leis, direitos digitais, liberdade de mídia, participação cívica, participação política e liberdade pública e privada, resultando em uma pontuação máxima de 100

- 0-19: Crise
- 20-39: Altamente restrito
- 40-59: Restrito
- 60-79: Menos restrito
- 80-100: Aberto
- Sem informação



Fonte: Artigo 19 com base em dados do V-Dem

Publicidade Legal

REC Frei Caneca Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 30.586.731/0001-21 – NIRE 35.300.571.061

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 14:00hs, na Sede Social da Rec Frei Caneca Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Frei Caneca nº 720, Consolação, CEP 01307-000 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 1.227.607,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e sete reais), com o cancelamento de 1.227.607 (um milhão, duzentas e vinte e sete mil, seiscentas e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e mediante restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, no valor total de R$ 1.227.607,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e sete reais), com o cancelamento de 1.227.607 (um milhão, duzentas e vinte e sete mil, seiscentas e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 57.545.786,00 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e seis reais), para R$ 56.318.179,00 (cinquenta e seis milhões, trezentos e dezoito mil, cento e setenta e nove reais), dividido em 56.318.179 (cinquenta e seis milhões, trezentos e dezoito mil, cento e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 1.227.607,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e sete reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social[1].

[1] Das 1.227.607 (um milhão, duzentas e vinte e sete mil, seiscentas e sete) ações ordinárias ora canceladas, 1.226.993 (um milhão, duzentas e vinte e seis mil, novecentas e noventa e três) eram de titulariedade da acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 614 (seicentas e catorze) eram de titulariedade da acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda.. Assim, das 56.318.179 (cinquenta e seis milhões, trezentos e dezoito mil, cento e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia restantes após esta redução de capital, 56.292.718 (cinquenta e seis milhões, duzentas e noventa e duas mil, setecentas e dezoito) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 25.461 (vinte e cinco mil, quatrocentas e sessenta e uma) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda..

A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 56.318.179,00 (cinquenta e seis milhões, trezentos e dezoito mil, cento e setenta e nove reais), dividido em 56.318.179 (cinquenta e seis milhões, trezentos e dezoito mil, cento e setenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. Ass.: **Ricardo Laham –** *Presidente da Mesa;* **Fernando Hamaoui** – *Secretário da Mesa.*

REC Rebouças Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 26.718.434/0001-15 – NIRE 35.300.560.787

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 27 de maio de 2024, às 14:00hs, na sede social da REC Rebouças Empreendimentos Imobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, 2676, Pinheiros, CEP 05402-400 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** convocação dispensada nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre (**i**) a redução de capital da Companhia no valor de R$ 9.223.424,00 (nove milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), com o cancelamento de 9.223.424 (nove milhões, duzentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, e mediante restituição de capital aos acionistas; (**ii**) se aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** O Presidente da Mesa colocou em discussão o item (i) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela unanimidade dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, a redução do capital social da Companhia por perdas, até o montante dos prejuízos acumulados, no valor total de R$ 9.223.424,00 (nove milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), com o cancelamento de 9.223.424 (nove milhões, duzentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o referido capital social de R$ 82.550.976,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e setenta e seis reais), para R$ 73.327.552,00 (setenta e três milhões, trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), dividido em 73.327.552 (setenta e três milhões, trezentas e vinte e sete mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante restituição de valor equivalente a R$ 9.223.424,00 (nove milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) aos acionistas, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social[1].

1 Das 9.223.424 (nove milhões, duzentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias ora canceladas, 9.218.812 (nove milhões, duzentas e dezoito mil, oitocentas e doze) eram de titulariedade da acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 4.612 (quatro mil, seiscentas e doze) eram de titulariedade da acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda.. Assim, das 73.327.552 (setenta e três milhões, trezentas e vinte e sete mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia restantes após esta redução de capital, 73.287.351 (setenta e três milhões, duzentas e oitenta e sete mil, trezentas e cinquenta e uma) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Vila 11 Administração de Vilas S.A., e 40.201 (quarenta mil, duzentas e uma) ações ordinárias integralizadas em moeda corrente nacional são de titularidade do acionista Ricardo Laham Participações Societárias Ltda..

A redução de capital só se tornará efetiva e o pagamento da restituição aos acionistas somente será realizado após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei das S.A. Colocado em votação o item (ii) da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º. do Estatuto Social, cujo caput passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 73.327.552,00 (setenta e três milhões, trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), dividido em 73.327.552 (setenta e três milhões, trezentas e vinte e sete mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas integralizadas em moeda corrente nacional. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos acionistas presentes e lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Mesa: Presidente, Ricardo Laham; Secretário, Fernando Hamaoui. Acionistas Presentes: Vila 11 Administração de Vilas S.A., por sua vez representada por seus diretores, Sr. Fernando Hamaoui e o Sr. Ricardo Laham; e Ricardo Laham Participações Societárias Ltda., representada por Ricardo Laham. São Paulo, 27 de maio de 2024. Ass.: **Ricardo Laham** – *Presidente da Mesa;* **Fernando Hamaoui –** *Secretário da Mesa.*

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1532 / R$ 5,1538 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1529 / R$ 5,1549 *
Turismo - R$ 5,1703 / R$ 5,3503
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,32%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,58%
Pontos: 123.779
Volume financeiro: R$ 21,478 bilhões
Maiores altas: MRV ON (2,20%), Petrobras PN (2,13%), Petrobras ON (1,76%)
Maiores baixas: Magazine Luiza ON (-6,54%), Azul PN (-4,84%), CSN ON (-3,93%)
S&P 500 (Nova York): 0,02%
Dow Jones (Nova York): -0,55%
Nasdaq (Nova York): 0,59%
CAC 40 (Paris): -0,92%
Dax 30 (Frankfurt): -0,52%
Financial 100 (Londres): -0,76%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,11%
Hang Seng (Hong Kong): -0,03%
Shanghai Composite (Xangai): -0,46%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,73%
Merval (Buenos Aires): 3,59%
IPC (México): -0,48%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%

American Express Brasil Assessoria Empresarial Ltda.

CNPJ/MF nº 07.965.479/0001-40

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	190.830.372	151.221.007
Contas a receber	35.154.804	34.578.495
Tributos a recuperar	–	1.664.060
Tributos diferidos	3.690.303	7.504.742
Adiantamentos	268.707	152.084
Despesas antecipadas	38.108.514	43.594.778
	268.052.700	238.715.166
Não circulante		
Depósito Judicial	40.422	759.405
Despesas antecipadas	105.667.805	108.368.836
Direito de uso	6.481.946	10.676.298
Imobilizado	4.381.531	5.155.478
	116.571.704	124.960.017
Total do ativo	384.624.404	363.675.183

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Fornecedores	20.804.877	52.020.347
Obrigações trabalhistas e sociais	7.363.408	7.350.312
Obrigações tributárias	3.051.332	4.804.167
Receita diferida	–	1.554.047
Adiantamento de clientes	404.188	282.410
Arrendamentos a pagar	1.742.998	8.042.114
	33.366.803	74.053.397
Não circulante		
Provisões diversas	864.705	837.338
Arrendamentos a pagar LP	1.505.248	2.634.184
	2.369.953	3.471.522
Patrimônio líquido		
Capital social	1.136.500	1.136.500
Reserva de capital	4.885.424	4.704.556
Lucros acumulados	342.865.724	280.309.208
	348.887.648	286.150.264
Total do passivo e do patrimônio líquido	**384.624.404**	**363.675.183**

Demonstrações do Resultado

	2023	**2022**
Receita líquida de vendas	285.092.057	257.827.276
Custo dos serviços prestados	(99.591.643)	(83.476.380)
Lucro bruto	185.500.414	174.350.896
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(115.690.002)	(89.923.807)
Outras receitas operacionais, líquidas	12.447.148	486
Lucro antes dos resultados financeiros líquido	82.257.560	84.427.575
Despesas financeiras	(1.285.680)	(6.566.696)
Receitas financeiras	15.297.910	18.223.078
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.269.790	96.083.957
Imposto de renda e contribuição social	(33.713.274)	(31.909.515)
Lucro líquido do exercício	62.556.516	64.174.442
Lucro líquido por cota	55,04	56,47

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	62.556.516	64.174.442
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultado abrangente do exercício	62.556.516	64.174.442

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	**Reserva de Capital**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.136.500**	**4.373.358**	**216.134.766**	**221.644.624**
Remuneração baseada em ações	–	331.198	–	331.198
Lucro líquido do exercício	–	–	64.174.442	64.174.442
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.136.500**	**4.704.556**	**280.309.208**	**286.150.264**
Remuneração baseada em ações	–	180.868	–	180.868
Lucro líquido do exercício	–	–	62.556.516	62.556.516
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.136.500**	**4.885.424**	**342.865.724**	**348.887.648**

Demonstrações dos Fluxos de Caixas

	2023	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos	96.269.790	96.083.957
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.995.040	1.090.222
Amortizações direito de uso	4.877.347	1.323.401
Provisões diversas	27.367	100.531
Provisão de fornecedores	11.882.213	9.476.274
Remuneração baseada em ações	180.868	331.198
Variação cambial	–	(97.292)
Atualização monetária	(914.548)	–
Reconhecimento de despesas antecipadas	32.248.915	9.092.642
Reconhecimento da receita diferida	(1.554.047)	(187.302)
PCLD com partes relacionadas	–	(13.822.349
Provisão de imposto de renda e contribuição de social	(29.898.835)	(23.497.319)
Variação monetária das atividades operacionais	**115.114.110**	**79.893.963**
Contas a receber	(576.309)	(7.889.108)
Partes relacionadas	–	11.711.866
Tributos a recuperar	30.627.812	3.395.196
Adiantamentos	(116.623)	17.568
Variação cambial	–	2.207.774
Despesas antecipadas	(24.061.619)	(122.306.633)
Deposito judicial	718.983	927.855
Fornecedores	(43.097.683)	10.993.495
Arrendamento financeiro a pagar	(8.111.048)	(1.323.398)
Obrigações trabalhistas e sociais	13.095	1.669.412
Obrigações tributárias	(1.752.835	21.885.716
Adiantamentos de clientes	121.779	(1.925.468)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**68.879.662**	**(741.763)**
Imposto de renda e contribuição pagos	(28.049.204)	(18.667.651)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(1.222.643)	(2.568.464)
Resultado líquido nas baixas do ativo imobilizado	1.550	49.998
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(1.221.093)**	**(2.518.466)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**39.609.365**	**(21.927.879)**
Caixa e equivalente de caixa		
no início do exercício	151.221.007	173.148.886
no final do exercício	190.830.372	151.221.007
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**39.609.365**	**(21.927.879)**

Diretoria

Luis Carlos Polonio
Administrador

Sibele Ignacio de Mendonça
Contadora – CRC 1SP 192.509/O-1

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia

BLP – Administração de Bens, Participações e Empreendimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 53.452.744/0001-03

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam convocados os senhores quotistas da **BLP – Administração de Bens, Participações e Empreendimentos Ltda.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios a ser realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.194, 14º andar, Jardim Paulista, CEP 01408-000, em primeira convocação, às 20:00 horas, do dia 06 de junho de 2024, e em segunda convocação, às 20:30 horas, do dia 06 de junho de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) revogação de procurações outorgadas pela Sociedade; (ii) a alteração do Contrato Social com o objetivo de (a) transferir o endereço da sede da Sociedade; (b) alterar a forma de administração da Sociedade, (c) prever regras de convocação e instalação das reuniões de sócios; e (d) atualizar dispositivos do Contrato Social de forma a adequá-los e atualizá-los aos interesses e necessidades da Sociedade, bem como à legislação vigente aplicável; e (iii) consolidar o Contrato Social. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Suzana Sendacz** – Sócia-Administradora; **Joyce Pascowitch** – Sócia-Administradora. (28, 29/05 e 03/06/2024)

Ambiental Transportes Urbanos S.A.

CNPJ/ME nº 08.405.256/0001-90 – NIRE 35.300.336.020

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 07 de maio de 2024

Data e Horário: 07/05/2024, às 10:00 horas. **Local:** Sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Paulo José Dinis Ruas (Presidente) e Sérgio Luiz Pereira de Macedo (Secretário). **Deliberações tomadas por unanimidade:** **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023; e **(ii)** Apesar do lucro líquido do exercício apurado no valor de R$ 4.787.907,45, não foi constituída reserva legal, devido à existência de prejuízos acumulados a compensar em valor superior ao lucro apurado no exercício e compensado. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 07/05/2024. **Acionistas presentes: Ambientaltrans Participações Ltda.** (Administradores – Paulo José Dinis Ruas e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz) e **Arvida Administração e Participações S.A.** (Diretor Presidente – Felipe Ricardo Batista dos Santos). Mesa: **Paulo José Dinis Ruas** – Presidente; **Sérgio Luiz Pereira de Macedo** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 1.130.460/24-1 em 24/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Americanas: leilão de credores aceita propostas com descontos a partir de 73,10%



A Americanas (AMER3) informou que vai utilizar o valor de cerca de R$ 2 bilhões para o pagamento dos créditos quirografários constantes das propostas vencedores, já considerando os descontos oferecidos no âmbito do leilão reverso.

Além disso, considerando que o valor do leilão reverso não será suficiente para o pagamento integral de todos os créditos constantes da propostas vencedoras, só vai quitar integralmente o valor das dívidas ofertadas com descontos a partir de 73,11%.

A Americanas (AMER3) anunciou o adiamento da divulgação de suas demonstrações financeiras referentes ao ano de 2023 e ao primeiro trimestre deste ano para até 31 de julho. A informação foi divulgada pela empresa em comunicado ao mercado na última quinta-feira (23).

O motivo do adiamento na divulgação de resultados da Americanas, diz a varejista, é que, apesar dos trabalhos de fechamento, análise e auditoria independente das informações estarem finalizados, a investigação do Comitê Independenteaindanãofoiconcluída.

Inicialmente, a Americanas, que está em recuperação judicial desde dezembro do ano passado após revelar um déficit contábil de cerca de R$ 25 bilhões, tinha previsto divulgar seu balanço financeiro em 28 de maio.

Agora, a companhia diz que planeja divulgar ainda neste mês um novo comunicado com indicadores financeiros gerenciais, não auditados, que refletem seu desempenho operacional em 2023 e nos primeiros três meses de 2024 (1T24).

No documento aguardado há meses por investidores, a Americanas também deve fornecer atualizações sobre a execução de seu plano de recuperação judicial.

Além disso, na semana de 13 a 19 de maio, a varejista fechou três lojas,

Reduzindo seu quadro de estabelecimento para 1.707 unidades.A companhia terminou o período com 32.302 funcionários sob regime CLT e realizou 433 contratações nesse intervalo.

Além das contratações, a Americanas afirma que registrou 168 pedidos de saída, 369 desligamentos involuntários e 50 términos de contratos de experiência e temporários.

Suno

Navio da BYD chega ao Brasil pela primeira vez e traz mais de 5 mil veículos

O navio Explorer NO. 1 da BYD atracou pela primeira vez no Brasil na segunda-feira, 27, no Porto de Suape (PE). O primeiro navio da companhia trouxe 5.459 veículos para abastecer o mercado nacional.

A embarcação tem capacidade para transportar até 7 mil veículos e mede 199,9 metros. Essa foi apenas a segunda viagem do navio, que levou 27 dias da China até o Brasil. O primeiro navio da companhia foi entregue em janeiro.

Nos cinco primeiros meses do ano a montadora já emplacou mais de 25,5 mil unidades, 43% a mais do que todos os emplacamentos de 2023 (17,9 mil). Em abril, a empresa se tornou a nona montadora a emplacar mais carros no país no ranking geral entre todas montadoras de acordo com dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

Operação de fábrica na Bahia deve começar no fim do ano.

A empresa deve começar a montar seus veículos na fábrica na cidade de Camaçari, na Bahia, no final do ano e produzir os carros a partir da metade de 2025.

“O Brasil hoje é o maior mercado para a BYD fora da Ásia, e tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. O país tem todo potencial para se tornar um exemplo de eletrificação da frota e o nosso crescimento nas vendas mostra que o brasileiro está cada dia mais preocupado com uma mobilidade verde e sustentável”, afirmou Alexandre Baldi, consultor especial da marca.

IstoéDinheiro



Toyota planeja desenvolver motores que utilizem combustíveis neutros em carbono



A Toyota Motor planeja desenvolver novos motores que utilizem combustíveis neutros em carbono e sejam adequados para eletrificação, como parte de esforços para reduzir emissões de carbono e salvar empregos em empresas fornecedoras de peças. A montadora japonesa disse nesta terça-feira, 28, que, com o objetivo de ajudar a descarbonizar motores de combustão interna, produzirá motores menores compatíveis com vários combustíveis que gerem zero emissões líquidas de dióxido de carbono.

Maior fabricante de carros do mundo, a Toyota vem adotando o que chama de postura de múltiplos caminhos, oferecendo aos consumidores uma ampla gama de veículos, incluindo carros híbridos elétricos e movidos a hidrogênio, além de versões elétricas. Os modelos a ser equipados com os novos motores complementarão essa abordagem.

“Essa é uma declaração de ‘vamos fazer motores de combustão interna juntos’”, disse nesta terça-feira o CEO da Toyota, Koji Sato, acrescentando que os atuais motores precisam mudar.

O anúncio da Toyota vem em um momento em que cortes de empregos por fornecedores que fabricam peças de motores se tornaram uma questão espinhosa, à medida que as montadoras aceleram a transição para veículos elétricos.

A Toyota disse que os novos motores serão neutros em carbono com o abandono de combustíveis fósseis e migrando para alternativas como os chamados e-combustíveis, biocombustíveis e hidrogênio líquido.

Segundo a empresa japonesa, os motores menores aumentarão as possibilidades de design e o desempenho aerodinâmico, ajudando-os a cumprir normas de emissões cada vez mais rigorosas sem perder eficiência e potência.

A ação da Toyota acumula ganhos de 33% deste o começo do ano, superando de longe o índice acionário da Bolsa de Tóquio, o Nikkei, que subiu 16% no período. Fonte: Dow Jones Newswires.

IstoéDinheiro